

2º CICLO

MESTRADO EM TURISMO

**Turismo de Natureza no Parque Natural
do Douro Internacional – Reflexão sobre
os desafios da fuga à massificação e os
limites da utilização do território**

Tiago José Rei Menino

M

2016



Tiago José Rei Menino

**Turismo de Natureza no Parque Natural do Douro
Internacional – Reflexão sobre os desafios da fuga à
massificação e os limites da utilização do território**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Turismo, orientada pelo Professor
Doutor Luís Paulo Saldanha Martins

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro de 2016

Turismo de Natureza no Parque Natural do Douro Internacional – Reflexão sobre os desafios da fuga à massificação e os limites da utilização do território

Tiago José Rei Menino

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Turismo, orientada pelo Professor
Doutor Luís Paulo Saldanha Martins

Membros do Júri

Professora Doutora Fátima Loureiro de Matos
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Laura Maria Pinheiro de Machado Soares
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professor Doutor Luís Paulo Saldanha Martins
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Classificação obtida: 17 valores

Tu tornas-te eternamente responsável por aquilo que cativas.

Antoine De Saint-Exupéry

Sumário

Agradecimentos	x
Resumo	xii
Abstract	xiii
Índice de Figuras	xiv
Índice de Gráficos	xv
Índice de Tabelas	xvi
Lista de Abreviaturas	xvii
Introdução	1
1. Contextualização e Objectivos	1
2. Metodologias	2
I- Enquadramento Teórico e Conceptual	4
1. Conceito de Turismo	4
1.1. Lugar Turístico	5
2. Recreação, Lazer e Tempo Livre e a sua relação com o Turismo	6
3. Definições de Turismo de Natureza e Ecoturismo	8
3.1. Turismo de Natureza	8
3.2. Ecoturismo	9
4. Tipos de Ecoturismo	12
4.1. Fácil – Difícil	12
4.2. Natural – Não Natural	13
4.3. Explorador – Passivo - Ativo	14
5. O Ecoturismo – Componente Sustentável do Turismo?	15
5.1. Desenvolvimento Sustentável	15
5.2. Turismo Sustentável	16
5.3. Turismo de Massas	17
5.4. Turismo Alternativo	18
5.5. Ecoturismo – Turismo Sustentável?	18
6. Ciclo de Desenvolvimento do Turismo	19
6.1. Fases de Evolução	19
6.1.1. Implicações	22

7.	A Capacidade de Carga Turística do Território	23
7.1.	Definições da Capacidade de Carga	23
7.2.	Métodos de Cálculo da Capacidade de Carga	25
II	– Caracterização e Enquadramento Geográfico da Área em Estudo.....	29
1.	Localização e Enquadramento Legal	29
2.	Caracterização Física.....	31
3.	Caracterização da Fauna e Flora	36
4.	Caracterização Histórica, Cultural e Etnográfica	37
5.	Caracterização e Distribuição Populacional por Setor de Atividade	39
6.	Caracterização das Infraestruturas de Apoio Turístico	41
6.1.	Capacidade de Alojamento	41
6.2.	Hóspedes	42
6.3.	Estada Média.....	43
6.4.	Proporção de Hóspedes Estrangeiros.....	43
III	– Turismo de Natureza no Parque Natural do Douro Internacional.....	44
1.	Enquadramento Legal	44
1.1.	Programa Nacional de Turismo de Natureza	44
1.2.	Registo Nacional de Turismo	45
1.3.	Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística.....	46
1.4.	Atividades de Turismo de Natureza.....	46
1.5.	Cartas de Desporto de Natureza.....	47
2.	Caracterização da Oferta de Atividades de Turismo de Natureza	48
2.1.	Empresas de Turismo de Natureza	48
2.2.	Associações Locais	49
3.	Possíveis Problemas	50
4.	Políticas e Medidas de Gestão Territorial	51
	Conclusão	55
	Referências Bibliográficas	57
	Sítios e Documentos Online	58
	Legislação e Documentos Tutelares	59

Agradecimentos

A escrita das palavras que se seguem, significa que mais um momento evolutivo do meu percurso formativo e acima de tudo do crescimento do saber e ciclo de aprendizagem, está próximo de ser alcançado.

O caminho que percorremos não se faz sozinho, existe sempre alguém que mesmo por caminhos diferentes, nos acompanha e nos apoia.

Assim, esta tarefa que aqui apresento, é fruto da amizade, do amor e da partilha.

Quero agradecer em primeiro lugar ao meu orientador Prof. Doutor. Luís Paulo Saldanha Martins, pelo apoio, orientação, disponibilidade, pelos ótimos conselhos e, acima de tudo, pelas palavras certas e amigas que sempre dele recebi.

Ao meu grande amigo Rui Fernandes, pela paciência que sempre teve comigo, pela sempre disponibilidade, pela inteligência, pelo apoio, pela ajuda que sempre que pedi me foi dada.

Aos meus amigos Márcio Silva, Emília Santos, Juliana Poças, Xana Gil, pelos conselhos, incentivo e pela disponibilidade que sempre mostraram em me ajudar.

À amiga Ângela Cordeiro, técnica da Associação Aldeia, pelas dicas, informação, apoio e disponibilidade.

Ao meu amigo Ricardo Mendes, investigador, colaborador da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pela disponibilidade em me facultar informações, ensinamentos e métodos.

Ao Parque Natural do Douro Internacional e, designadamente à Dra. Susana Marques e aos Vigilantes da Natureza João Nunes e Sílvia Mourão, pela amizade e pela disponibilidade em me apoiar e incentivar e também pela disponibilização de informação útil para a realização deste meu trabalho.

Agradeço á minha família, em especial aos meus pais, pelo apoio e amor, e aos meus tios António Gabriel e Natália Gabriel, pelo gosto que sempre tiveram em me receber em sua casa, fico muito grato por tudo o que têm feito por mim.

Um agradecimento especial também aos meus amigos Domingo Lopes e Cristina Calheiro Cruz pelo amor, pelo carinho, pelo auxílio e acima de tudo, pela força sincera que sempre recebi e recebo deles.

Um agradecimento também a todos os familiares e amigos, que de uma forma indireta me ajudaram também, nos vários momentos, tornando o caminho mais suave e facilitando o transporte deste “fardo” que agora termina.

Cada degrau alcançado não se traduz numa maior facilidade em caminhar, mas sim numa maior consciência e responsabilidade perante a vida.

Termino com uma frase que uma vez me foi dita por uma amiga: “Tu tornas-te eternamente responsável por aquilo que cativas.” Obrigado Beta Magalhães.

Resumo

O Turismo é uma atividade importante, com características que o torna, particularmente valioso, como agente para o desenvolvimento de uma região ou país.

Contudo, esse seu potencial tão significativo para o desenvolvimento, existe a necessidade de uma abordagem de sustentabilidade não só para a atividade, como para o espaço que a sustenta e pessoas que a esta estão ligadas, sejam agentes turísticos, visitantes ou a população local, não diretamente dependente da atividade turística.

Neste ponto de vista, são as áreas turísticas, localizadas em espaços naturais, que mais exigências têm de respeitar, devido à fragilidade destes territórios mais permeáveis a mudanças.

Assim, é importante que medidas de gestão do território sejam implementadas, tornando-se essencial não só definir a capacidade de carga dos territórios, como perceber quais as melhores medidas de mitigação dos impactes dos visitantes.

O Parque Natural do Douro Internacional, área protegida relativamente recente, no contexto da classificação nacional, apresenta características muito atrativas para atividades de Turismo de Natureza.

É fundamental que se comece a pensar numa estratégia e a implementar medidas para salvaguardar os valores naturais, para que não seja posto em causa não só a preservação dos ecossistemas e as características identitárias do parque, como o desenvolvimento de atividades de Turismo de Natureza.

Palavras-chave: Turismo de Natureza, Espaços Naturais, Capacidade de Carga, Visitação, PNDI.

Abstract

Tourism is an important activity with features which makes particularly valuable, as an agent for the development of a region or a country.

However, with so meaningful potential for the development, there is a necessity for a sustainable approach not just for the activity, as for the area that support and people who are connected, such as touristic agencies, visitors or the local population non-dependent of the touristic activity.

In this point of view, the touristic areas located in natural spaces are the ones that have more requirements to respect, due to the fragility of the territories and more permeable to changes.

Therefore, is essential that management measures of the territory are implemented making it essential not only to define the carrying capacity of the territories, as figure out the best mitigation measures of the impacts of visitors.

The International Douro Natural Park is a relatively recent protected area in the national classification of protected areas, with very attractive features for activities in Nature Tourism.

It is fundamental to start thinking about a strategy and implementation of measures in order to safeguard the natural values. This way is not called into question, not only the preservation of the ecosystems and identity the characteristics of the natural environment, as too the development of the activities of Tourism of Nature.

Keywords: Tourism of Nature, Natural Spaces, Carrying Capacity, Visitation.

Índice de Figuras

Figura 1 - Relação entre Lazer, Recreação e Turismo	6
Figura 2 - As Forma de Ocupação do Tempo – hipótese de interpretação	7
Figura 3 - Influência do Homem no Ecoturismo	14
Figura 4 - Escala dos Tipos de Ecoturismo	15
Figura 5 - Mapa de Localização da Área de Estudo.....	29
Figura 6 - Arribas do Douro, em Miranda do Douro- Norte do Parque	32
Figura 7 - Arribas do Douro, em Freixo de Espada à Cinta - Sul do Parque	33
Figura 8 - Mapa geológico simplificado da região abrangida pelos Parques Naturais do Douro Internacional / Arribes del Duero.	34
Figura 9 - Grupo de Gaiteiros “Us da Burra” – Mogadouro	38
Figura 10 - Logótipo de Reconhecimento de uma Empresa de Turismo de Natureza ...	44

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Classificação do Ecoturismo por Nível de Dificuldade, Interesse e Conhecimentos	12
Gráfico 2 - Hipótese evolutiva de uma área de turismo	20
Gráfico 3 - População Residente, por Concelho, entre 1981 – 2015 Fonte: INE.....	39
Gráfico 4 - Variação da População Residente, por Concelho, entre 1981 – 2015	40
Gráfico 5 - População Residente Ativa e Empregada, por Ramo de Atividade, por Concelho, em 1991	40
Gráfico 6 - População Residente Ativa e Empregada, por Ramo de Atividade, por Concelho, em 2011	41
Gráfico 7 - Capacidade de Alojamento, por Concelho, entre 2003 – 2013.....	42
Gráfico 8 - Hóspedes nos Estabelecimentos Hoteleiros, por Concelho, entre 2005 – 2013	42
Gráfico 9 - Proporção de Hóspedes Estrangeiros, por Concelho, entre 2005 – 2013	43

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Estada Média, por Concelho, entre 2005 – 2013	43
Tabela 2 - Empresas de Turismo de Natureza que Podem Atuar no Parque Natural do Douro Internacional.....	48
Tabela 3 - Associações Locais que Desenvolvem Atividades de Ecoturismo no Parque Natural do Douro Internacional.....	49

Lista de Abreviaturas

AEPGA – Associação para o Estudo e Proteção do Gado Asinino

ALDEIA – Associação para o Desenvolvimento Sustentável Conservação da Natureza e da Preservação da Cultura e Tradições

ATN – Associação Transumância e Natureza

CCE - Capacidade de Carga Efetiva

CCF - Capacidade de Carga Física

CCR - Capacidade de Carga Real

CNUDS - Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

FRAUGA – Associação para o Desenvolvimento Integrado de Picote

PALOMBAR – Associação para a Conservação da Natureza e do Património Rural

PNDI - Parque Natural do Douro Internacional

PNTN - Programa Nacional de Turismo de Natureza

RCM - Resolução do Conselho de Ministros

RNAAT - Registo Nacional de Agentes de Animação Turística

RNAL - Registo Nacional do Alojamento Local

RNAP – Rede Nacional de Áreas Protegidas

RNAVT - Registo Nacional das Agencias de Viagens e Turismo

RNT - Registo Nacional de Turismo

SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves

TIES - *The Internacional Ecotourism Society*

UNESCO – *United Nations Educacional, Scientific, and Cultural Organization*

UNWTO - *World Tourism Organization,*

Introdução

1. Contextualização e Objectivos

O presente trabalho, foi elaborado no âmbito do Mestrado de Turismo, tendo como área de estudo o Parque Natural do Douro Internacional (PNDI), área protegida criada pelo Decreto Regulamentar nº 8/98 de 11 de Maio, e cuja sede se situa em Mogadouro.

O objetivo consistiu uma reflexão sobre as oportunidades e ao mesmo tempo os desafios que as áreas protegidas e em particular o PNDI enfrentam no que respeita ao desenvolvimento do Turismo de Natureza.

Procurou-se estabelecer medidas de gestão territorial, com base na experiência, no conhecimento do território, fundamentado sempre com conteúdos teóricos acerca dos temas abordados no presente trabalho.

A escolha destes objetivos decorre de uma preocupação crescente em torno da preservação do ambiente, assente numa política que visa promover o desenvolvimento de um turismo sustentável, compatível com a preservação de espaços protegidos.

Ao longo dos anos, o homem tem vindo a provocar mudanças no território, pondo em causa a respetiva sustentabilidade ambiental. No entanto, por outro lado, têm sido estabelecido medidas de proteção de espaços naturais, travando o avanço de comportamentos “menos próprios” do homem sobre o território.

A classificação de alguns locais como espaços naturais protegidos, reflete em parte as preocupações de conservação desses territórios únicos, que conseguem ainda albergar uma diversidade de ecossistemas, paisagens, de costumes e tradições ancestrais.

Neste contexto, a criação e manutenção de áreas protegidas é essencial para a conservação desses ecossistemas, trazendo benefícios para todas as espécies que aí vivem, incluído o ser humano.

Assim, no mundo de hoje, cada vez mais, estas áreas classificadas, são alvo de procura pelas populações, numa busca desenfreada, de algo novo e de um mundo ainda pouco tocado pela mão humana.

A busca das origens e das nossas raízes, é cada vez mais crescente, no seio de uma população que “vive” num mundo materialista, digital e “in real”.

Esta procura pode-se verificar, em parte, pelo interesse de novas dinâmicas e vertentes do Turismo, nomeadamente o Turismo de Natureza. Aqui, as áreas protegidas oferecem oportunidades únicas para essa vertente do Turismo e para as atividades recreativas.

O aumento da procura por esses espaços protegidos, e apesar de algumas medidas de proteção, implica que alguns destes locais enfrentam processos de degradação profundos, sendo deste modo necessário identificar fatores de degradação e estabelecer medidas de gestão.

Nesse sentido, existe cada vez mais um sentimento de consciencialização para os problemas ambientais, mostrando-se a população disposta a apoiar as medidas de conservação e adotando um comportamento mais “sensível” com o meio natural.

Contudo, a visitação, independentemente do seu fluxo, vai criar sempre impactes. Torna-se assim essencial gerir esses espaços e fluxos, de modo a diminuir e mitigar esses impactes e, mais importante conseguir determinar o nível de impacte aceitável de cada área protegida. (Farrell & Marion, 2001; Juffe-Bignoli *et al.*, 2014)

O surgimento do ecoturismo mostra essa procura e essa mudança de comportamento, com a necessidade de encontrar e fixar limites e estabelecer medidas claras de planeamento da visitação dentro de áreas protegidas (Cifeuntes, 1992).

2. Metodologias

Uma parte do corpo teórico deste trabalho, resulta de uma série de pesquisas bibliográficas, efectuadas face à necessidade de obter um conhecimento base acerca dos pontos fundamentais deste estudo, destacando conceitos de capacidade de carga e do respetivo cálculo.

O enquadramento e caracterização da área de estudo, principalmente em termos de compressão da dinâmica local da oferta e procura turística, resultam da pesquisa e análise de dados estatísticos, obtidos através do Instituto Nacional de Estatística.

No entanto, alguns dos principais objetivos referidos anteriormente, foram sustentados pelo conhecimento obtido na experiência, decorrida do percurso profissional e formativo, desenvolvido em algumas áreas protegidas, nomeadamente na Reserva Natural das Berlengas, onde contactei diretamente com a realidade de limiares de visitação dessa área protegida nas funções profissionais que aí desempenhava.

I- Enquadramento Teórico e Conceptual

1. Conceito de Turismo

O conceito de Turismo surge no século XIX, embora a sua prática remonte a períodos muito anteriores, tendo-se verificado um maior crescimento no período de pós guerra na segunda metade do século XX.

Desde então este foi evoluído ao longo dos tempos, surgindo diversas definições, propostas por vários autores, das mais diversas áreas da sociedade e domínios de investigação científica, contribuindo para uma inestimável ajuda no alcance de um consenso.

A primeira definição terá surgido em 1905 pelo economista suíço Guyer-Freuler (1905) um dos primeiros estudiosos que tratou de documentar a evolução histórica do turismo e ensaiar uma definição:

“ O turismo, em sentido moderno, é um fenómeno dos nossos tempos, que se explica pela necessidade crescente de descanso e de mudança de ares, pela apreciação e desenvolvimento do gosto da beleza da paisagem, pela satisfação e bem-estar que se obtém através do contacto na natureza virgem, no entanto, muito especialmente pelas crescentes relações entre povos diferentes, pelo aumento de empresas a que dá lugar ao desenvolvimento do comércio, da indústria, emprego e pelo aperfeiçoamento dos meios de transporte”.

Em 1910 o economista austríaco Herman Von Schullern zu Schrattenhofen, define o turismo como “(...) o conjunto de todos os fenómenos, em primeiro lugar de ordem económica, que se produzem pela chegada e partida de viajantes numa comuna, província ou um estado determinado e, por consequência estão diretamente ligados entre eles.”

H. Poser (1939) descreve o turismo, numa ótica geográfica, como um fenómeno de concentração de pessoas em determinado espaço, que não residem habitualmente nesse

local e cuja permanência é passageira e onde desenvolvem uma série de interações com a população local e a paisagem.¹

De acordo com Helber (1988: 20), "... o turismo pode ser visto como uma indústria primária que, através de gastos dos visitantes, aumenta as oportunidades de emprego e receitas fiscais, e aumenta a base económica geral de um determinado local".²

No entanto o conceito prevalecente e com uma utilização mais comum é a que a "UNWTO –World Tourism Organization, (1994)", apresenta: "O turismo compreende as atividades das pessoas que viajam e permanecem em locais fora do seu ambiente habitual, por não mais do que um ano consecutivo, por motivos de lazer, negócios ou outros fins".³

A definição de turismo segundo a Lei de Bases do Turismo, (Decreto-Lei n.º 191/2009 de 17 de agosto), corresponde ao "(...) movimento temporário de pessoas para destinos distintos na sua residência habitual, por motivos de lazer negócios ou outros, bem como as atividades económicas geradas e as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades."

1.1. Lugar Turístico

A definição geográfica, de lugar turístico, terá de incluir necessariamente três aspetos: a concentração de residentes não habituais, a posição predominante da função turística do local, assim como a imagem turística associada ao lugar. É precisamente este último ponto, que nos permita diferenciar claramente os locais turísticos daqueles em que, apesar de terem uma função de turismo, têm uma imagem, que se deve mais a outras forças, do que ao turismo local.⁴

¹ GÓMEZ, A.L. – *La Evolución Internacional de La Geografía del Ocio*, Cuadernos Criticos de Geografia Humana, Universidade de Barcelona, 1987, p. 8.

² CUNHA, Licínio - *A Definição e o Âmbito do Turismo: um aprofundamento necessário*, Repositório Científico Lusófona, 2010, p.9. (<http://recil.grupolusofona.pt/>) – Consultado em 22/05/2016

³ *Idem*

⁴ GÓMEZ, A.L. – *La Evolución Internacional de La Geografía del Ocio*, Cuadernos Criticos de Geografia Humana, Universidade de Barcelona, 1987, p. 8.

2. Recreação, Lazer e Tempo Livre e a sua relação com o Turismo

O turismo, recreação e lazer são geralmente vistos como um conjunto de conceitos interrelacionados (figura 1). Assim como na definição de turismo, os conceitos de recreação e lazer também não são consensuais.

Diversos autores como Bodewes (1981), Crompton e Richardson (1986), Hall (1995) e Jen Kings (1995), têm vindo a definir diferentes perspectivas destes mesmos conceitos, no entanto sempre interligados.

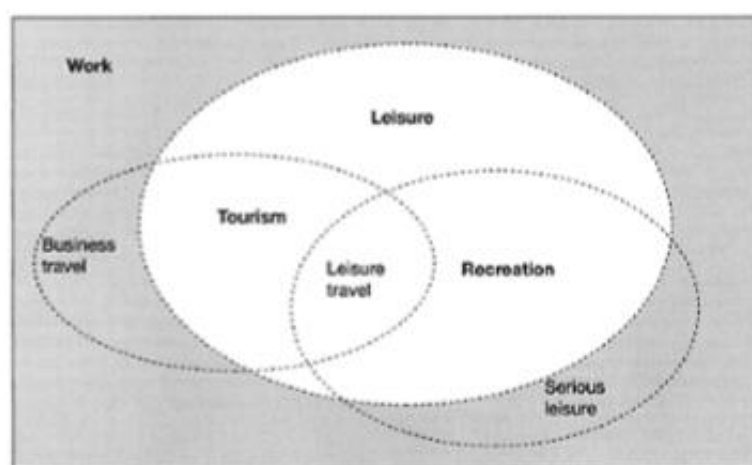


Figura 1 - Relação entre Lazer, Recreação e Turismo. Extraído de GÓMEZ, A.L. 1987.

Segundo Jorge Umbelino (1999), a dificuldade de consenso para uma definição de lazer, devido a três motivos fundamentais:

“- a carga cultural associada à distribuição e valor de uso do tempo é muito diferenciada de país para país, de região para região, de geração para geração e, no limite, até de pessoa para pessoa;

- há um conjunto de outras palavras, ou expressões, cujo significado próximo, ou mesmo pretensamente sinonimo, não está bem esclarecido, estamos a pensar em ócio, recreação, tempo livre e tempo não-livre e tempo não dedicado ao trabalho;

- a juventude científica deste tema, e a consequente escassez de trabalhos que lhe foram e são dedicados, ainda não possibilitou a consolidação deste debate.”⁵

No entanto, para este autor, o lazer está ligado ao aspeto temporal, considerando-o como o conjunto de atividades realizadas num determinado momento, em que a pessoa esteja liberta do seu trabalho, no seu tempo livre (figura 2).

Este está associado ao lado positivo do que fazemos no tempo livre, ao contrário do que entendemos por ócio, pois este socialmente tem a uma conotação negativa.

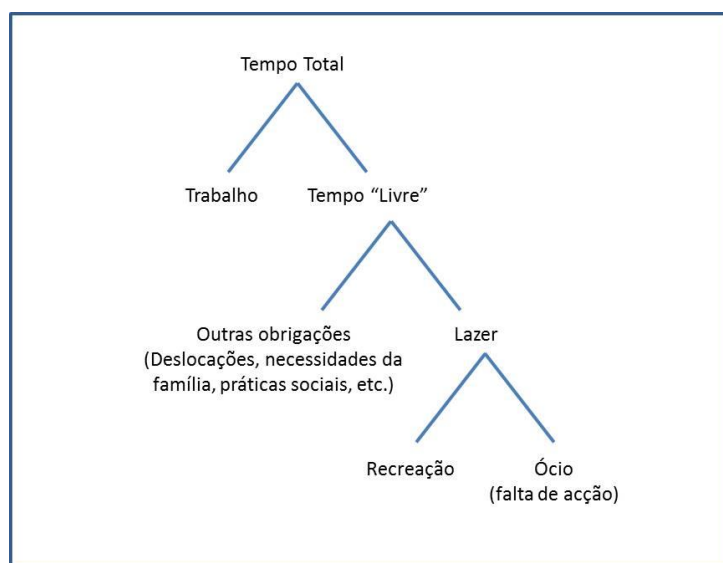


Figura 2 - As Formas de Ocupação do Tempo – hipótese de interpretação. Extraído de UMBELINO, J. 1999.

Tempo livre e lazer estão intimamente relacionadas com o turismo, pois este resulta fundamentalmente destes dois tempos. O tempo livre “(...) resulta da exclusão de todas as restantes formas de consumir, ou seja, os períodos que restam depois de cumpridas todas as obrigações e excluídos os tempos de lazer e de trabalho, em suma, o curto momento de fruição com uma escolha individual não condicionada.”⁶

Na definição de recreio, Luís Martins, refere que “(...) poderá traduzir os momentos lúdicos, interlaborais ou concomitantes ao trabalho, embora possa igualmente significar

⁵ UMBELINO, Jorge – *Lazer e território*, Lisboa, CEGPR-UNL, 1999, p.29.

⁶ MARTINS, Luís Saldanha – *Espaços de Lazer e de Turismo no Nordeste de Portugal* – julho de 2004, Porto, p.22.

a experiencia vivida para a satisfação de objetivos definidos numa conceção de vida atual (...)”⁷

Recreação ao ar livre e em ambientes naturais são claramente um dos principais componentes do turismo, estando assim interrelacionado com o surgimento e desenvolvimento de atividades baseadas na natureza e ecoturismo.⁸

Na verdade, o ar livre e ambientes naturais devem ser vistos como espaços e recursos de lazer. Existem ainda autores como Pigram e Murphy, que considera que o turismo é realizado essencialmente dentro de uma estrutura de recreio.⁹

3. Definições de Turismo de Natureza e Ecoturismo

3.1. Turismo de Natureza

Quando falamos de Turismo de Natureza e de Ecoturismo existem sempre algumas dúvidas de classificação e de definição sobre o que cada um representa. Esta dificuldade acresce quando se relacionam a este Turismo de Aventura, Turismo Cultural, Turismo Ambiental entre outros.

Turismo de Natureza, é qualquer tipo de turismo que se baseia em experiencias diretamente relacionadas com atrativos naturais, incluído o Ecoturismo, o Turismo de Aventura, o Turismo Cultural, Turismo Geológico ou outros.

Assim, o Ecoturismo pode ser considerado como um subcomponente do Turismo de Natureza, tal como os outros tipos de turismo acima referidos.

“Os espaços naturais surgem cada vez mais, no contexto internacional e nacional, como destinos turísticos em que a existência de valores naturais e culturais constituem atributos indissociáveis do turismo de natureza.”¹⁰

⁷ MARTINS, Luís Saldanha – *Espaços de Lazer e de Turismo no Nordeste de Portugal* – julho de 2004, Porto, p23.

⁸ COLIN, Michael Hall; STEPHEN, Page – *The Geography of Tourism and Recreation Environment, place and space*, Londres , Nova Iorque, Routledge Taylor & Francis Group, 2006, p.28.

⁹ *Idem*

¹⁰ Ministério da Economia – Decreto-Lei nº 47/99, *Diário da República*, Lisboa, I Série-A, nº39, 2 de fevereiro de 1999, p. 805

“As áreas protegidas são, deste modo, locais privilegiados como novos destinos, em resposta ao surgimento de outros tipos de procura, propondo a prática de atividades ligadas ao recreio, ao lazer e ao contacto com a natureza e às culturas locais, cujo equilíbrio, traduzido nas suas paisagens, conferem e transmitem um sentido e a noção de «único» e de «identidade de espaço», que vão rareando um pouco por todo o nosso território.”¹¹

A definição de Turismo de Natureza segundo o decreto-lei nº 47/1999 de 2 de fevereiro corresponde ao: *...produto turístico composto por estabelecimentos, atividades e serviços de alojamento e animação turística e ambiental realizados e prestados em zonas integradas na rede nacional de áreas protegidas, adiante designadas por áreas protegidas.*¹²

“O turismo de natureza desenvolve-se segundo diversas modalidades de hospedagem, de atividades e serviços complementares de animação ambiental, que permitam contemplar e desfrutar o património natural, arquitetónico, paisagístico e cultural, tendo em vista a oferta de um produto turístico integrado e diversificado.”¹³

Desporto de Natureza, “consideram-se atividades de desporto de natureza todas as que sejam praticadas em contacto direto com a natureza e que, pelas suas características, possam ser praticadas de forma não nociva para a conservação da natureza.”¹⁴

3.2. Ecoturismo

O termo "ecoturismo", está provavelmente relacionado com as conotações associadas ao prefixo “eco”, ligado aos princípios de "ecologia" e "ecossistema". Assim, combinando este prefixo com a palavra turismo proporciona um rótulo adequado para o conceito que autores como Hetzer (1965), Budowski (1976) e outros têm defendido.¹⁵

¹¹ Ministério da Economia – Decreto-Lei nº 47/99, *Diário da República*, Lisboa, I Série-A, nº39, 2 de fevereiro de 1999, p. 805

¹² *Idem*, p. 806

¹³ *Idem*

¹⁴ *Idem*, p.807

¹⁵ ORAMS, M.B.(2001) – *Types of Ecotourism*, Centre for Tourism Research, Massey University at Albany North Shore MSC, New Zeland, WEAVER, David B. – *The Encyclopedia of Ecotourism*, Austrália, School of Tourism and Hotel Management, Griffith University, Cabi Publishing, 2001, p.25.

A crescente preocupação ambiental associada a uma insatisfação emergente com “turismo de massa”, levou ao aumento da demanda por experiências baseadas na natureza e de atividades alternativas em meio natural. Ao mesmo tempo, começou a ter-se consciência que este tipo de turismo em meio natural, poderia ser rentável e retirar deles dividendos económicos. Começavam, assim, a surgir dificuldades no encontro do equilíbrio entre o desenvolvimento de atividades em meio natural e a conservação do mesmo espaço onde esta se desenvolve.¹⁶

Embora as origens do termo ecoturismo não serem totalmente claras, um dos primeiros a usá-lo foi Hetzer (1965), que identificou quatro princípios de turismo responsável:

1. *Minimização dos impactos ambientais;*
2. *Respeitar as culturas locais;*
3. *Maximizar os benefícios para a população local;*
4. *Maximizar a satisfação do turista;*¹⁷

A primeira definição de ecoturismo é a de Ceballos-Lascuráin (1987), que o define como: "viajar para áreas naturais relativamente intactas ou não contaminados com o objetivo específico de estudar, admirar e apreciar a paisagem e as suas plantas e animais selvagens, bem como quaisquer manifestações culturais existentes".¹⁸

A Sociedade Internacional de Ecoturismo, (TIES, 2015) define ecoturismo como a: *viagem responsável a áreas naturais que conserva o meio ambiente, sustenta o bem-estar das pessoas locais, e que envolve interpretação e educação.*

Segundo a TIES o ecoturismo é relação entre a conservação, as comunidades locais e os turistas. Isto significa que quem queira realizar ou participar em atividades de ecoturismo deverá adotar os seguintes princípios:

- Minimizar os impactos físicos, sociais e comportamentais, respeitar a consciência ambiental e cultural, proporcionar experiências positivas para os visitantes, produzir benefícios financeiros diretos para a conservação, gerar benefícios financeiros para as populações e empresas locais, oferecer experiências interpretativas memoráveis para os

¹⁶ ORAMS, M.B.(2001) – *Types of Ecotourism*, Centre for Tourism Research, Massey University at Albany North Shore MSC, New Zealand, WEAVER, David B. – *The Encyclopedia of Ecotourism*, Austrália, School of Tourism and Hotel Management, Griffith University, Cabi Publishing, 2001,p.5.

¹⁷ *Idem*

¹⁸ *Idem*

visitantes que ajudem a aumentar a sensibilidade dos visitantes para com os climas ambientais, políticos e sociais, a arquitetura das construções e instalações de baixo impacto na paisagem que se inserem, reconhecer os direitos e as crenças espirituais das populações locais e trabalhar em parceria com eles para criar um ambiente harmonioso.¹⁹

3.2.1. Características Fundamentais do Ecoturismo

Tendo em conta estas e outras definições de ecoturismo e os princípios aqui acima referidos, pode definir-se a sua essência em três características básicas, atividades desenvolvidas em meio natural, educação ambiental e gestão sustentável – esforço dirigido à conservação e uso sustentável do ambiente natural existente.²⁰

O interesse educacional e a apreciação inerente a esse ambiente natural ou característica do ambiente natural é um dos interesses básicos de quem procura o ecoturismo. Com base nesses aspetos, o ecoturismo incorpora atividades relacionadas, como observação de aves, observação da natureza, caminhadas, fotografia de natureza, educação ambiental, observação de estrelas, observação de cetáceos.²¹

A atividade de mergulho e “snorkeling²²”, é uma questão de suscita algumas duvidas na sua classificação, enquanto as atividades como “trekking²³” e “safaris²⁴” são híbridas,

¹⁹ TIES, 2015 (<https://www.ecotourism.org/what-is-ecotourism>) consultado em 25/05/2016

²⁰ WEAVER, David B. – *The Encyclopedia of Ecotourism*, Austrália, School of Tourism and Hotel Management, Griffith University, Cabi Publishing, 2001, p.6.

²¹ ORAMS, M.B.(2001) – *Types of Ecotourism*, Centre for Tourism Research, Massey University at Albany North Shore MSC, New Zeland, WEAVER, David B. – *The Encyclopedia of Ecotourism*, Austrália, School of Tourism and Hotel Management, Griffith University, Cabi Publishing, 2001, p.27.

²² Prática desportiva de mergulho em águas rasas com o objetivo de recreação e lazer. O mergulhador usa apenas uma máscara e um tubo para respirar sob a água. Esse tubo chamado “snorkel” identifica a prática deste tipo de mergulho.

²³ Caminhada longa e difícil por terrenos acidentados e montanhosos, feita com o intuito recreativo.

²⁴ Expedição por terra, em lugares selvagens, tipicamente pelo continente africano. Tradicionalmente o safari refere-se a caçada de animais selvagens pela savana africana ou selva. Atualmente os safaris são jornadas para observação e fotografia da vida selvagem.

conciliando numa só atividade a vertente de turismo aventura e outras formas de turismo.²⁵

4. Tipos de Ecoturismo

O conceito de ecoturismo não tem uma definição consensual. (Assim, na ajuda de melhor compreensão.) Vários autores classificaram-no de acordo com a natureza do seu funcionamento.

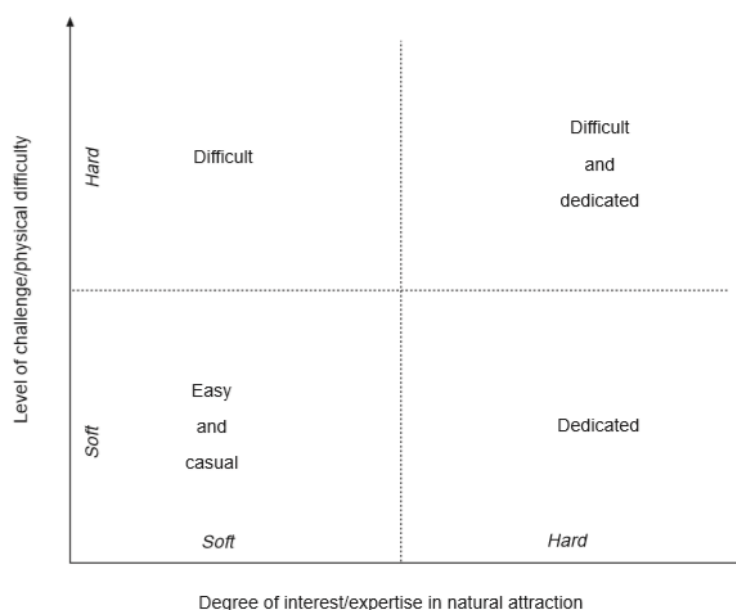


Gráfico 1 - Classificação do Ecoturismo por Nível de Dificuldade, Interesse e Conhecimentos (Laarman and Durst, 1987). Extraído de ORAMS, M.B. 2001.

4.1. Fácil – Difícil

Laarman and Drust (1987) atribuem uma escala ao ecoturismo, consoante o nível de dificuldade do desafio e o nível de esforço físico que é necessário despendar para a realização de uma atividade, assim como caracterizam na mesma escala o nível de dedicação e interesse á actividade (gráfico1).²⁶

²⁵ ORAMS, M.B.(2001) – *Types of Ecotourism*, Centre for Tourism Research, Massey University at Albany North Shore MSC, New Zeland, WEAVER, David B. – *The Encyclopedia of Ecotourism*, Austrália, School of Tourism and Hotel Management, Griffith University, Cabi Publishing, 2001, p.27.

²⁶ *Idem*

Os autores designam essa escala por “Soft and Hard”, sendo “Soft” – (Fácil –) o nível em que os ecoturistas têm um interesse causal na atração ecoturística, desejando apenas experimentar de forma superficial e aquisição de conhecimentos. Por exemplo, visita a um Centro de Interpretação de uma área protegida.²⁷

“Hard” – difícil, é o nível oposto, em que existe um profundo nível de interesse, onde o nível de esforço físico é elevado tolerando a ausência de “conforto” para poderem experienciar e conhecer. Por exemplo, uma caminhada, por alguns dias, em circunstâncias de alguma dificuldade.²⁸

4.2. Natural – Não Natural

Miller e Kaae (1993) definem uma outra escala, tendo em conta o impacto na natureza associado ao desenvolvimento das atividades ecoturísticas. Assim, classificam o ecoturismo como Não Natural e Natural.²⁹

Não Natural é um extremo da escala, onde todo o turismo (incluindo o ecoturismo) tem impactos negativos sobre o mundo natural. Ou seja, não importa as estratégias de gestão que estão a ser desenvolvidas no território, pois a mera presença do homem tem impacto. Neste ponto de vista, é impossível, porque qualquer tipo de turismo terá um efeito negativo (figura 3).³⁰

No outro extremo da escala, os seres humanos são vistos como parte integrante, sendo o seu comportamento inevitavelmente "natural". Isto é, o homem faz parte do mundo natural assim como todos os outros seres vivos e, portanto, o comportamento humano é "comportamento natural" e contribui para a evolução natural da vida.³¹

²⁷ ORAMS, M.B.(2001) – *Types of Ecotourism*, Centre for Tourism Research, Massey University at Albany North Shore MSC, New Zealand, WEAVER, David B. – *The Encyclopedia of Ecotourism*, Austrália, School of Tourism and Hotel Management, Griffith University, Cabi Publishing, 2001, p.29.

²⁸ *Idem*

²⁹ *Idem*

³⁰ *Idem*

³¹ *Idem* p.27.

Estas duas posições representam visões extremas e irrealistas. Na realidade, e seguindo as definições de ecoturismo, o ecoturismo encontra-se dentro do equilíbrio dentro destas duas perspectivas.³²

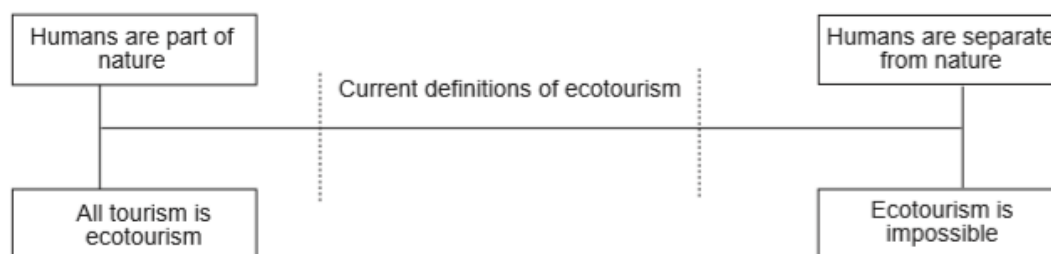


Figura 3 - Influência do Homem no Ecoturismo (Miller and Kaae, 1993) Extraído de ORAMS, M.B. 2001.

4.3. Explorador – Passivo - Ativo

Autores como Orams (1995) e Fennell (1999), defendem que o ecoturismo, também pode ser classificado de acordo com a sua tendência, para ser coerente com o seu grau de impacto sobre o ambiente natural. Quando falamos em ecoturismo, levamos a querer, que este seja uma componente do turismo, que designa as atividades que melhor preservam o ambiente em que este se desenvolve, surgindo a este associado os conceito de conservação, sustentabilidade e turismo alternativo, assim como a componente ética ligada ao ecoturismo.³³

Assim, estes classificam como Ativo, as actividades que contribuem ativamente para a melhoria do ambiente natural, atividades mais responsáveis, proporcionando assim ambientes mais desejáveis.³⁴

Como “Explorador”, classificam as atividades que prejudicam a qualidade do ambiente natural, que são mais irresponsáveis pelo ambiente em que estas se desenvolvem.³⁵

³² ORAMS, M.B.(2001) – *Types of Ecotourism*, Centre for Tourism Research, Massey University at Albany North Shore MSC, New Zeland, WEAVER, David B. – *The Encyclopedia of Ecotourism*, Austrália, School of Tourism and Hotel Management, Griffith University, Cabi Publishing, 2001, p. 29.

³³ *Idem*

³⁴ *Idem*

³⁵ *Idem*, p.30.

Entre estes dois tipos de ecoturismo existe o ecoturismo Passivo, em que as atividades podem ser vistas como mais neutras, atividades que buscam simplesmente minimizar seu impacto sobre o meio ambiente natural.³⁶

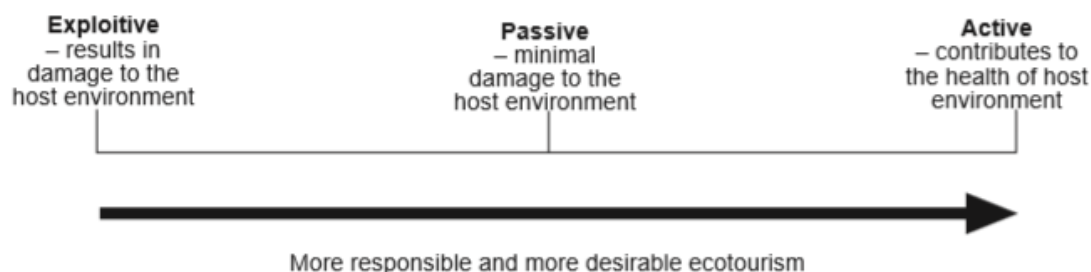


Figura 4 - Escala dos Tipos de Ecoturismo. Extraído de ORAMS, 1995.

5. O Ecoturismo – Componente Sustentável do Turismo?

5.1. Desenvolvimento Sustentável

Em 1987, o Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, integrou de uma série de iniciativas anteriores à “Rio+20”³⁷, que reafirmam uma visão crítica ao modelo de desenvolvimento, ressaltando os riscos do uso excessivo dos recursos naturais, sem a preocupação da capacidade de suporte dos ecossistemas.³⁸

O Relatório Brundtland apresentou o conceito de “Desenvolvimento Sustentável”, que estipula a necessidade de satisfazer as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer as suas próprias necessidades.³⁹

³⁶ ORAMS, M.B.(2001) – *Types of Ecotourism*, Centre for Tourism Research, Massey University at Albany North Shore MSC, New Zeland, WEAVER, David B. – *The Encyclopedia of Ecotourism*, Austrália, School of Tourism and Hotel Management, Griffith University, Cabi Publishing, 2001, p. 30.

³⁷ Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), conhecida também como Rio+20, foi uma conferência realizada entre os dias 20 e 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, cujo objetivo era discutir sobre a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável.

³⁸ <https://sustainabledevelopment.un.org/>- consultado em 16/06/16

³⁹ *Idem*

A 27 de setembro de 2015, Chefes de Estado e do Governo reuniram-se na sede das Nações Unidas (em Nova Iorque) para decidir novas metas sobre o Desenvolvimento Sustentado Global. Comprometeram-se a implementar as diretrizes da Agenda até 2030, e a alcançar o Desenvolvimento Sustentável nas suas três dimensões – económica, social e ambiental – de uma forma equilibrada e integrada.⁴⁰

5.2. Turismo Sustentável

O desenvolvimento do turismo ao longo dos anos e a sua importância no setor económico, aliado ao seu impacto social, cultural e ambiental, tem suscitado uma consciencialização sobre a necessidade de minimizar os seus impactos ambientais e de maximizar os seus benefícios socioeconómicos, de forma a garantir a sua sustentabilidade.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20), é um exemplo dessa preocupação, onde se reafirmou, que a promoção do consumo sustentável e padrões de produção, são alguns dos grandes objetivos e um requisito essencial para o desenvolvimento sustentável.⁴¹

Desta conferência resultou um plano de estratégias a adotar - Programa sobre Padrões de Consumo e Produção Sustentável. Os programas de apoio são: Informação do consumidor; Estilo de vida e educação sustentável; Compras públicas sustentáveis; Edifícios e construções sustentáveis; Turismo sustentável, incluído o ecoturismo.⁴²

A Organização Mundial de Turismo (UNWTO 32, 2014), entende que o Turismo Sustentável é um: "...turismo que tem plenamente em conta os seus impactos económicos, sociais e ambientais atuais e futuras, abordando as necessidades dos visitantes, a indústria, o meio ambiente e comunidades de acolhimento"⁴³. Assim, o Turismo Sustentável deve:

⁴⁰ <https://sustainabledevelopment.un.org/> - consultado em 16/06/16

⁴¹ UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME – *Concept Note – Towards The Development of the 10 YFP Sustainable Tourism Programme*, 22 de dezembro de 2014, p.2.

⁴² *Idem*

⁴³ *Idem* p.5.

- Make optimal use of environmental resources that constitute a key element in tourism development, maintaining essential ecological processes and helping to conserve natural resources and biodiversity.

- Respect the sociocultural authenticity of host communities, conserve their built and living cultural heritage and traditional values, and contribute to intercultural understanding and tolerance.

Ensure viable, long-term economic operations, providing socioeconomic benefits to all stakeholders that are fairly distributed, including stable employment and income-earning opportunities and social services to host communities, and contributing to poverty alleviation.⁴⁴

O turismo sustentável é cada vez mais visto não como um tipo de turismo, mas sim como uma necessidade de ver o turismo como um todo.

5.3. Turismo de Massas

Turismo de massa é visto como a forma mais tradicional de desenvolvimento do turismo, onde um dos objetivos principais era obter maximização do lucro em curto espaço de tempo. O desenvolvimento da indústria do turismo foi originalmente vista como uma indústria desejável e relativamente "limpa" para os países e regiões. Isto era particularmente verdade em termos de benefícios económicos, emprego e desenvolvimento de infraestruturas, como as redes de transporte (Warren e Taylor, 1994).

Hoje em dia este tipo de turismo não é visto com grande interesse, principalmente se aplicado em regiões onde o produto turístico sejam essencialmente a sua identidade cultural ou natural, como áreas rurais ou territórios abrangidos por áreas protegidas, pelo forte impacto e delapidação dos recursos e do território, em que este assenta.

No entanto, verifica-se também que esta atividade tem vindo a ser a responsável pelo desenvolvimento económico de regiões onde se desenvolve.

⁴⁴ UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAME – *Comcept Note – Towards The Development of the 10 YFP Sustainable Tourism Programme*, 22 de dezembro de 2014, p.5.

5.4. Turismo Alternativo

Em âmbito geral, no turismo de massas têm-se verificado alguns problemas a ele associado e houve a necessidade de uma nova abordagem, um tipo de turismo alternativo.

O turismo alternativo, surge como sendo um novo paradigma, em que compete com o turismo de massas, ou também pode ser visto como um complemento do turismo. Fennell, 1999, refere ainda que este surge como um resultado natural da compressão, maturação e desenvolvimento da indústria do turismo.

O termo turismo alternativo surge associado a uma série de conceitos como, “eco”, “responsável”, “conservação”, “impacte reduzido”, “pequena escala”, “turismo verde”.⁴⁵

5.5. Ecoturismo – Turismo Sustentável?

O termo "ecoturismo" é usado às vezes como equivalente a um turismo sustentável, que pode ser confuso. Ecoturismo refere-se, mais correctamente, a um tipo de turismo que envolve uma experiência de áreas naturais e vida selvagem, por vezes no contexto de se “envolver” com as comunidades locais, assegurando a sustentabilidade desse turismo.

Ecoturismo pode desempenhar um papel muito relevante na busca de oportunidades para o desenvolvimento sustentável através do turismo em determinados locais.

O surgimento do conceito de ecoturismo, desenvolveu-se essencialmente como reacção ao “turismo massificado” – turismo de massas e dos impactes negativos a este associado.

O ecoturismo é o único setor do turismo que tem como requisito práticas ambientais e socioeconómicas sustentáveis,

Considera-se ainda que uma atividade ou produto ecoturístico é impossível de afirmar que estas são sustentáveis. Assim, é mais razoável referir que as atividades ecoturísticas procuram ser sustentáveis.

⁴⁵ ORAMS, M.B.(2001) – *Types of Ecotourism*, Centre for Tourism Research, Massey University at Albany North Shore MSC, New Zeland, WEAVER, David B. – *The Encyclopedia of Ecotourism*, Austrália, School of Tourism and Hotel Management, Griffith University, Cabi Publishing, 2001, p.25.

WEAVER, D utiliza dois conceitos, para melhor interpretar esta situação: *steady state sustainability*; *enhancement sustainability*.

Enhancement sustainability – refere que é preferível tentar melhorar a situação existente. No entanto não é aplicado em todos os locais, pois no caso de uma área protegida não é necessário fazer melhorias, pelo que manter a situação será o mais correto - *steady state sustainability*.

Em locais fora da rede de áreas protegidas, onde exista uma maior vulnerabilidade de degradação ambiental, será preferível que a atividade seja mais interventiva, no sentido de corrigir e reduzir impactes negativos.⁴⁶

6. Ciclo de Desenvolvimento do Turismo

As áreas turísticas são dinâmicas, possuem o seu próprio ciclo de evolução e modificam-se ao longo do tempo. Esta evolução é provocada por uma variedade de fatores, como por exemplo a deterioração gradual, a mudança ou mesmo o desaparecimento dos atrativos naturais e culturais responsáveis por essa atratividade inicial da área.⁴⁷

6.1. Fases de Evolução

R. W. Butler (1980) estudou estas dinâmicas da atividade do turismo sobre o território, desenvolvendo um modelo que exemplifica essa evolução das áreas de turismo. O modelo de Butler engloba seis fases de evolução – exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e declínio (gráfico 2).⁴⁸

⁴⁶ WEAVER, D. – *Ecotourism*, Milton, John Wiley & Sons Ltd, p.191.

⁴⁷ BUTLER, R.W – *The Concept of a Tourist Area Cycle of Evolution: Implications for Management of Resources*, University of Western Ontario, Canadian Geographer , 1980, p.6

⁴⁸ *Idem*

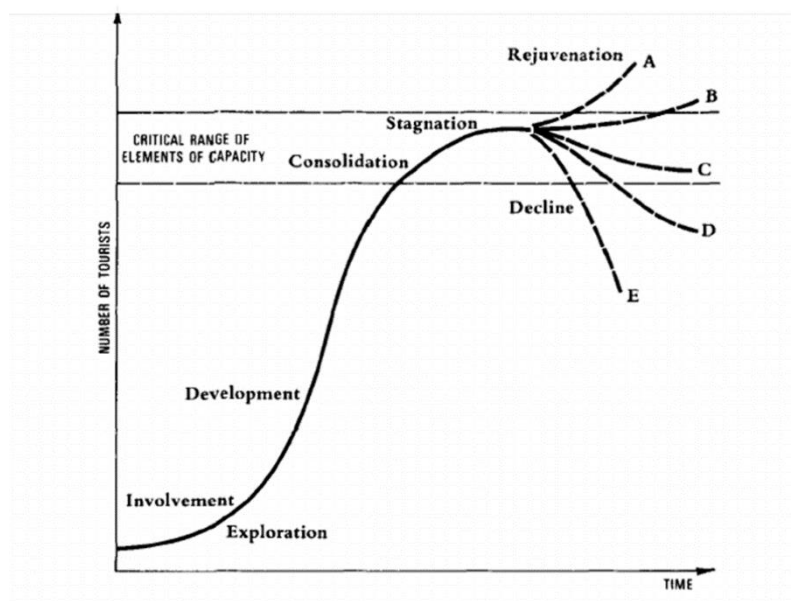


Gráfico 2 - Hipótese evolutiva de uma área de turismo. Extraído de BUTLER, R.W. 1980.

A fase de exploração é caracterizada pelo reduzido número de turistas, marcado por viagens individuais e irregulares. Neste momento não existem instalações de apoio turístico. Esta atividade não representa importância relevante para a economia local, assim como não afeta o tecido físico, ambiental, social e cultural. Não existem infraestruturas de apoio aos visitantes, servindo-se apenas das que existem dentro das localidades, mas que não foram construídas para o efeito.⁴⁹

Com o aumento de visitantes e o assumir de alguma regularidade, entrará a fase de envolvimento. Nesta fase, as populações locais começam a tomar consciência da atividade como fonte de rendimento, e começam a criar as condições necessárias para receber visitantes. Surgem também dinâmicas publicitárias do local, de modo a atrair mais turismo. Existe também o surgimento de alguma gestão, na receção de visitantes e criação de novos produtos.⁵⁰

A fase de desenvolvimento, reflete uma área de mercado bem definida, formado em parte pelo forte incremento da publicidade em áreas de emissão turística. Existe uma forte criação de infraestruturas de apoio, nomeadamente alojamento, externas por vezes à gestão local. Os atrativos naturais e culturais, serão desenvolvidos e comercializados

⁴⁹ BUTLER, R.W – *The Concept of a Tourist Area Cycle of Evolution: Implications for Management of Resources*, University of Western Ontario, Canadian Geographer , 1980, p.7

⁵⁰ *Idem*

especificamente. Existe uma forte alteração física da área, criando por vezes atritos entre a população local, devido a não-aceitação dessa alteração e transformação do território.⁵¹

Nesta fase o número de turistas, em período de pico, pode provavelmente ser superior à população local, o que torna necessário a criação de instalações extra para dar resposta às exigências desta indústria.

Na fase de consolidação, a taxa de crescimento de visitantes diminui. No entanto o número total continua a aumentar, excedendo o número de residentes. O turismo representa grande parte da economia local. Ferramentas como o “marketing” e a publicidade serão utilizadas para prolongar ao máximo a temporada de visitantes. Surgem ambientes de descontentamento entre os residentes permanentes, não ligados à atividade do turismo, pois esta atividade resulta em alguma privação e restrições sobre algumas das suas atividades diárias.⁵²

Na fase de estagnação, terá sido atingido o número de pico de visitantes. O nível de capacidade, de várias variáveis, terá sido atingido ou excedido, levando a problemas ambientais, sociais e económicos. A imagem dessa área turística encontra-se agora bem estabelecida, mas já não oferece algo novo e deixa de ser um destino de “moda”. Assim, haverá uma forte dependência da visita de repetição. Levará, a um excedente de número de camas e será necessário um grande esforço para manter o nível de visita. As atrações naturais e culturais genuínas serão provavelmente substituídas por equipamentos artificiais.⁵³

A fase de declínio, surge quando as áreas turísticas não são capazes de competir com as atrações mais recentes. Algumas instalações desaparecem à medida que a área se torna menos atraente. Nesta fase, poderá existir um aumento do envolvimento local, uma vez que os residentes poderão adquirir instalações a preços significativamente mais baixos. Em alguns casos podem sofrer um reajustamento, procurando outro tipo de clientes, nomeadamente a classe sénior, ou transformarem-se em apartamentos convencionais. Em último caso, a área poderá perder por completo a sua componente turística, com a degradação de toda a envolvente. Uma abordagem alternativa, visando o

⁵¹ BUTLER, R.W – *The Concept of a Tourist Area Cycle of Evolution: Implications for Management of Resources*, University of Western Ontario, Canadian Geographer, 1980, p.7

⁵² *Idem*

⁵³ *Idem*

rejuvenescimento dos recursos é tirar proveito dos recursos naturais anteriormente inexplorados.⁵⁴

6.1.1. Implicações

No processo de evolução ilustrado no gráfico 2, é representado através de cada um dos eixos o número de visitantes e o tempo. Com um aumento em qualquer direção, implica uma redução geral na qualidade e atratividade do espaço, quando os níveis de capacidade são atingidos.

A direção da curva, após o período de estabilização, é suscetível de várias interpretações, readaptação, das atividades e da área do turismo, podendo resultar em crescimento e expansão – Curva A.

Pequena modificação e adequação aos níveis da capacidade e proteção contínua de recursos é outra possibilidade, que pode permitir o crescimento contínuo, a uma taxa muito reduzida – Curva B.

Um reajuste para satisfazer todos os níveis de capacidade do território, permitiria a um nível mais estável para o turismo dessa área, após um reajuste inicial baixo – Curva C.

Continuação da degradação dos recursos, sem substituição, envelhecimento das infraestruturas, diminuindo a competitividade com outras áreas, resultaria num declínio do mercado de turismo dessa área – Curva D.

Finalmente, a existência de guerra, doença, ou outros eventos catastróficos, resultaria em um declínio imediato de visitantes, a partir do qual pode ser extremamente difícil de voltar a níveis elevados de visitantes. Se o declínio continuar por um longo período de tempo, a área e infraestruturas de apoio turístico podem deixar de ser atraentes para a captação de novos turistas, mesmo depois das situações se terem resolvido.⁵⁵

⁵⁴ BUTLER. R.W – *The Concept of a Tourist Area Cycle of Evolution: Implications for Management of Resources*, University of Western Ontario, Canadian Geographer , 1980, p.9

⁵⁵ *Idem* p.11

7. A Capacidade de Carga Turística do Território

R. W. Butler (1980) propõe a representação gráfica de uma curva de evolução do número de turistas segundo o tempo, como verificado no gráfico 2. No entanto, este modelo não se refere apenas a uma descrição de uma curva de crescimento. Propõe também uma interpretação da forma da curva, nomeadamente ao fenómeno de estagnação e declínio da população turística. Para o fazer utiliza a noção de população-limite ou capacidade de carga (*– carrying capacity*).

F. Deprest (1992) refere que, se há problemas em determinado local turístico, se deve ao excesso de turistas, logo é porque existe um limite, para lá do qual surgem os problemas. Assim, quando ultrapassado esse limite, verifica-se um declínio do destino, assinalado pela redução, do número de visitantes, a esse local.

No entanto, surgem algumas questões, que se prendem com a identificação de valores e normas a estabelecer, assim como identificar qual o momento em que esse limiar de carga é atingido, assim como definir as normas de controlo desses valores.

F. Deprest (1992) recorre a leis de algumas ciências, principalmente da química e da física, para melhor sustentar os seus argumentos de entendimento do conceito de capacidade de carga, referindo que qualquer corpo submetido a uma determinada pressão é deformado. O entendimento de limite de carga, prende-se com o facto de um determinado corpo, perante um dado esforço ou carga, consiga voltar ou não à situação inicial.⁵⁶

Um território turístico, quando submetido a cargas de utilização que ultrapassem os limites de carga, fica sujeito a deformações ou mesmo a quebra de visitação desse território, tornando-se difícil a recuperação da atratividade inicial.

7.1. Definições da Capacidade de Carga

A capacidade de carga surge associado ao conceito de desenvolvimento sustentável. A procura crescente da população, pelo natural, das suas raízes, do rural, do bucólico, levou a que se tenha vindo a verificar alguma pressão sobre esses espaços,

⁵⁶ DEPREST, F. – *Inquérito Sobre o Turismo de Massa – A Ecologia Face ao Território*, Instituto Piaget, Lisboa, 2004, p.42

nomeadamente as áreas protegidas, levando a Organização Mundial de Turismo a desenvolver mecanismos de gestão.

Segundo a OMT a capacidade de carga turística:

(...) visa estabelecer em termos mesuráveis o número de visitantes e o grau de desenvolvimento que são suscetíveis de não terem consequências prejudiciais nos recursos (...) É a capacidade que pode ser atingida em prejuízo físico para o meio natural e para o meio artificial, sem prejuízo social/económico para a comunidade e para a cultura local ou sem prejudicar o justo equilíbrio entre o desenvolvimento e conservação. (...) Em termos estatísticos, é o número de visitantes que podem deslocar-se a um local em qualquer período de ponta ou durante um ano sem que daí resulte uma perda de atração ou prejuízos para o ambiente (...) Em termos gerais, podemos dizer que existe saturação ou superação da capacidade de carga quando os movimentos de pessoas, nacionais ou internacionais, ultrapassam temporariamente o nível aceitável pelo ambiente físico e humano da zona de acolhimento ou de destino.⁵⁷

J.M. Thurot (1980), num estudo intitulado *Capacité de charge et production touristique*, propõe a seguinte definição de capacidade de carga:

Frequência turística que o sistema socioeconómico regional pode admitir duradouramente sem se modificar irremediavelmente:

- *Ao nível das estruturas económicas, sem necessidade de recorrer amplamente às estruturas não regionais e estrangeiras;*
- *Ao nível das estruturas sociais, sem modificar radicalmente os equilíbrios sociais anteriores;*
- *Ao nível cultural, sem modificar profundamente os sistemas de valores que prevalecem;*
- *Ao nível ambiental, sem modificar as grandes características ecológicas iniciais;⁵⁸*

⁵⁷ DEPREST, F. – *Inquérito Sobre o Turismo de Massa – A Ecologia Face ao Território*, Instituto Piaget, Lisboa, 2004, p.45, citado por G. Cazes, *Fondements pour une géographie ou tourisme et des loisirs*, p.139

⁵⁸ DEPREST, F. – *Inquérito Sobre o Turismo de Massa – A Ecologia Face ao Território*, Instituto Piaget, Lisboa, 2004, p.44, J.M. Thurot, *ibid.*, prefácio.

7.2. Métodos de Cálculo da Capacidade de Carga

Como indicam as definições de capacidade de carga, esta visa estabelecer um número de visitantes, um valor limite de suporte, que determinado território consegue sustentar sem que as características de atratividade sejam destruídas, ou que a situação de bem-estar dos visitantes e da população local seja posta em causa.

As primeiras investigações científicas sobre a medida de capacidade de carga foram iniciadas pela administração de áreas protegidas americanas, no momento em que o número de visitantes nas áreas protegidas aumentava, entre 1940 e 1961. Surge nesta época o primeiro programa interventivo, de modo a controlar a entrada massiva de visitantes, conduzindo rapidamente a problemas de saturação, essencialmente nas vias de acesso – *Misson 66*.⁵⁹

Método 1

Os primeiros trabalhos orientam-se para uma conceção ecológica do problema, sendo exemplo disso o método desenvolvido por J.A. Wagar (1977).

Neste estudo, o autor relaciona a frequência de visitantes com as características do meio e a quantidade de vegetação. O seu método é experimental, procedendo ao registo do calcamento artificial do solo. São referenciados locais de estudo, de igual dimensão, onde no final da época, de visita, é retirado o coberto vegetal, e o seu peso é comparado por outras áreas de estudo de referência, onde não se verificou a presença de turistas. Estes trabalhos são considerados os fundadores da reflexão da capacidade de carga turística.⁶⁰

Método 2

Segundo E. Canestrelli e P. Costa 1991, o conceito de capacidade de carga é definido segundo duas dimensões: - ecológica e económica. Em termos ecológicos, os autores, entendem que é o *número máximo de visitantes que um dado destino pode acolher, para*

⁵⁹ DEPREST, F. – *Inquérito Sobre o Turismo de Massa – A Ecologia Face ao Território*, Instituto Piaget, Lisboa, 2004, p.44, J.M. Thurot, *ibid.*, prefácio.

⁶⁰ *Idem* p.48

aquém das condições de stress; em termos económicos corresponde ao número máximo de visitantes que pode ser acolhido numa qualidade constante da sua experiencia.

A OMT, também adopta esta definição e apresenta uma fórmula (em 1992), que permite avaliar a capacidade de carga de uma determinada área, que consiste em dividir a superfície destinada a ser utilizada pelos turistas, pela superfície média tipo requerida por pessoa (m² por pessoa).⁶¹

$$\text{Capacidade de Carga} = \frac{\text{Superfície utilizada pelos turistas (m}^2\text{)}}{\text{Média tipo por individuo (m}^2\text{/pessoa)}}$$

Método 3

Cifuentes *et al.* (1992) desenvolveram uma metodologia para estimar o limite máximo de pessoas que poderiam utilizar determinado sítio durante um dado período de tempo. Esta proposta passou a ser largamente utilizada porque contempla a possibilidade de utilizar tanto a componente biológica como a social.⁶²

A fórmula que apresentaram é o resultado de vários anos de pesquisa e de aplicação de procedimentos, na determinação da capacidade de carga de visitantes em áreas protegidas. Foi aplicada pela primeira vez, de forma incipiente, no Parque Natural das Galápagos (no Equador), como parte da revisão do Plano de Ordenamento desta área protegida. (Cifuentes 1984) ⁶³

O processo que Cifuentes utilizou, assenta em seis etapas:

⁶¹ DEPREST, F. – *Inquérito Sobre o Turismo de Massa – A Ecologia Face ao Território*, Instituto Piaget, Lisboa, 2004, p.50

⁶² CORDEIRO, I.D. – *Determinação da Capacidade de Carga Turística a partir do Método Cifuentes et.al. (1992): Aplicação à Praia dos Careneiros (Tamandré/Pe)*, Pernambuco, 2012 (Tese de Mestrado), Revista de Turismo Visão e Ação, Vol.15 Nº1, p.59 – disponível em www.univali.br/revistaturismo

⁶³ CIFUENTES, M. – *Determinacion de Capacidad de Carga Turistica em Areas Protegidas*, Centro Argonomico Tropical de Investigacion y Enseñanza Catie, Turrialba, Costa Rica, 1992, p. 2.

- 1- Análise das políticas sobre o turismo e ordenamento de áreas protegidas a nível nacional, regional e local;
- 2- Análise dos objetivos da área protegida;
- 3- Análise da situação atual dos locais públicos da área protegida;
- 4- Definição de políticas de ordenamento para os locais públicos da área protegida;
- 5- Identificação de fatores e características que influenciam cada sítio de uso público;
- 6- Determinação da capacidade de carga para cada um dos sítios identificados no processo;⁶⁴

A capacidade de carga envolve três componentes: - Capacidade de Carga Física (CCF), Capacidade de Carga Real (CCR) e Capacidade de Carga Efetiva (CCE).

Capacidade de Carga Física (CCF) – relação entre o espaço disponível e a necessidade normal de espaço por um visitante. Número máximo de visitantes que uma área protegida pode comportar fisicamente. Depende da área total à que os visitantes têm acesso e do espaço mínimo considerado essencial para o visitante, sendo determinada a partir da equação:

$$CCF = At \times 1/Av \times Fr$$

Em que: At é a área total a que os visitantes têm acesso; Av é a área considerada essencial para cada visitante; Fr é o fator de rotatividade, o qual depende do período disponível para a visita (PDv) e da duração da cada visita (Dv), sendo determinado por:

$$Fr = PDv/Dv$$

Capacidade de Carga Real (CCR) - número máximo de visitantes permitidos na área protegida, depois de aplicadas medidas corretivas na CCF. Estes fatores corretivos derivam das variáveis biofísicas, sociais e de gestão da área.

$$CCR = CCF \times FC1 \times FC2 \times \dots \times FCn$$

⁶⁴ CIFUENTES, M. – *Determinacion de Capacidad de Carga Turistica em Areas Protegidas*, Centro Argonomico Tropical de Investigacion y Enseñanza Catie, Turrialba, Costa Rica, 1992, p. 2.

Em que $Fc1, \dots, FCn$ são fatores de correção que têm em conta os diferentes condicionalismos biofísicos, sociais e de gestão. Estes fatores são calculados como:

$$FC = 1 - MI/Mt$$

Em que MI é a magnitude limitante e Mt é a total da variável.

Capacidade de Carga Efetiva (CCR) – tem em conta o número aceitável de visitantes, considerando a capacidade de gestão da área protegida, determinada por: ⁶⁵

$$CCE = CCR \times CG$$

Sendo CG a capacidade de gestão, a qual é definida como:

$$CG = \frac{\text{Pessoal e orçamento existente}}{\text{Pessoal e orçamento ideal}}$$

A capacidade de gestão define-se com o somatório das condições que o órgão de gestão da área protegida necessita para poder cumprir as suas funções e objectivos.

A definição da CG não é uma tarefa fácil, pois intervém variáveis como: - legislação; políticas de ordenamento; equipamento; dotação pessoal e financeira; infra-estruturas. ⁶⁶

⁶⁵ CIFUENTES, M. – *Determinacion de Capacidad de Carga Turistica em Areas Protegidas*, Centro Argonomico Tropical de Investigacion y Enseñanza Catie, Turrialba, Costa Rica, 1992, p. 9 – 12.

⁶⁶ AMADOR, et al, - *Determinação de la Capacidade de Carga Turística em los Sitios de Visita del Parque Nacional das Galápagos*, Servicio Parque Nacional Galápagos, Instituto Ecuatoriano Florestal y de Áreas Naturales y Vida Selvagem, Puerto Ayora, Islas Galápagos, 1996, p.11.

II – Caracterização e Enquadramento Geográfico da Área em Estudo

1. Localização e Enquadramento Legal

A área de estudo é o Parque Natural do Douro Internacional - PNDI, parcialmente inserido em parte, nos concelhos de Miranda do Douro, Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta e Figueira de Castelo Rodrigo (figura 5).

Fica localizada no Distrito de Bragança, integra-se na região Norte de Portugal, sub-região de Terras de Trás-os-Montes, e Douro, no caso do concelho de Freixo de Espada à Cinta, e ainda a parte sul do parque no Distrito da Guarda, na região Centro, na sub-região Beiras e Serra da Estrela. Estes concelhos fazem fronteira a Este com Espanha, designadamente com a comunidade Autónoma de Castela e Leão.

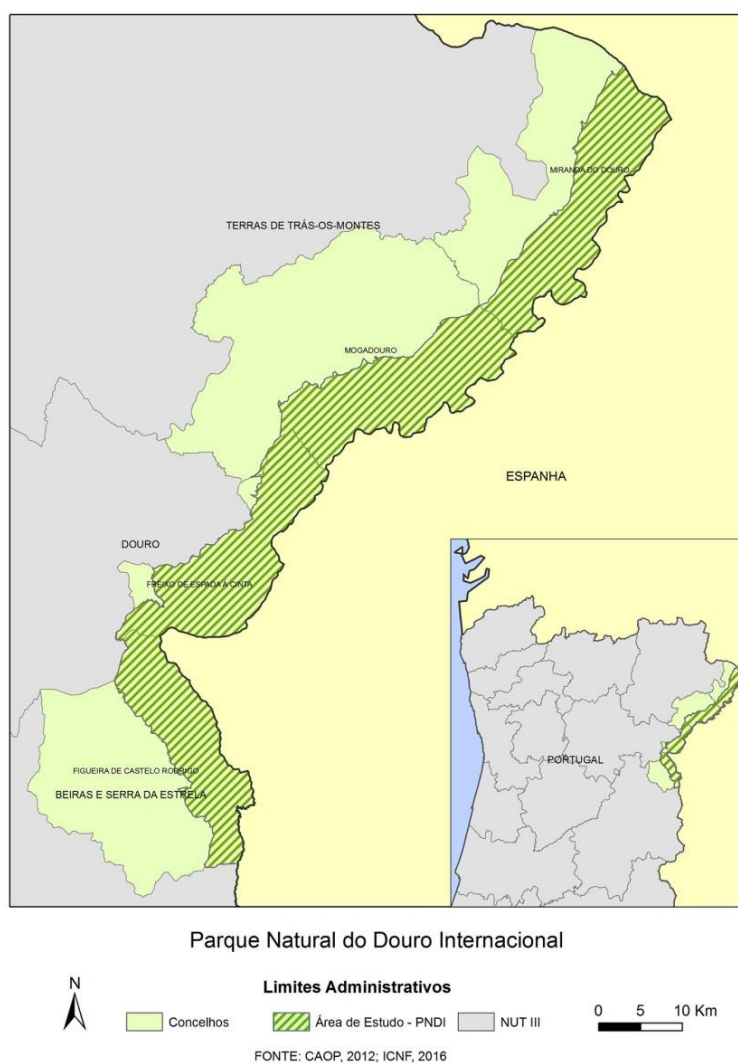


Figura 5 - Mapa de Localização da Área de Estudo

O Parque Natural do Douro Internacional, abrange o troço fronteiro do rio Douro, incluindo o seu vale e superfícies planálticas adjacentes, e prolonga-se para sul através do vale do seu afluente, o rio Águeda, numa extensão de cerca de 120 km.⁶⁷

O Decreto-lei nº 19/93 de 23 de janeiro, estabeleceu as normas relativas à Rede Nacional de Áreas Protegidas, visando não só a preservação das espécies animais e vegetais e dos habitats naturais com características de raridade ou em vias de extinção, como também a investigação necessária ao seu conhecimento, proteção e valorização das paisagens que apresentam interesses cénicos e estéticos dignos de proteção e o estabelecimento de reservas genéticas. A tudo isto, segundo o mesmo decreto, deveria estar sempre subjacente a promoção do desenvolvimento sustentável da região, valorizando a interação entre as componentes ambientais naturais e humanas, promovendo a qualidade de vida das populações e a valorização das atividades culturais e económicas tradicionais.⁶⁸

Três anos depois, seria criado, como já referimos, o PNDI, através da Resolução do Conselho de Ministros nº 53/96, de 5 de junho, cuja delimitação e regulamentação de atividades foi posteriormente objeto do Decreto Regulamentar nº 8/98 de 11 de maio, definindo, como seus objetivos específicos:

- a) Valorizar e conservar o património natural e o equilíbrio ecológico, através da preservação da biodiversidade e da utilização sustentável das espécies, habitats e ecossistemas;*
- b) Promover a melhoria da qualidade de vida das populações, em harmonia com a conservação da natureza;*
- c) Valorizar e salvaguardar o património arquitetónico, histórico e cultural, com integral respeito pelas atividades tradicionais, designadamente a Região Demarcada do Douro, a mais antiga região demarcada do mundo;*
- d) Ordenar e disciplinar as atividades recreativas na região, de forma a evitar a degradação dos elementos naturais, seminaturais e paisagísticos, estéticos e culturais da região.*⁶⁹

⁶⁷ <http://www.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pndi/geo>, consultado em 30/05/16

⁶⁸ GOMES, M. (2003) – *Planeamento e População em Áreas Protegidas – o Parque Natural do Douro Internacional*, Porto, dissertação para obtenção de mestrado em Planeamento Urbano e Regional, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p.33.

⁶⁹ Diário da República N.º 108, I Série B, 11-5-1998, p. 2165

Para além disso, integra a Lista Nacional de Sítios ao abrigo da *Diretiva Habitats* (Diretiva 92/43/CEE) publicado em Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97 de 28 de agosto, e é considerado *Zona de Proteção Especial para Aves* – ZPE – (Diretiva do Conselho relativa à conservação das aves selvagens 92/43/CEE, de 2 de abril, vulgo *Diretiva Aves*) através do Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro 142/97, de 28 de agosto.⁷⁰

O seu Plano de Ordenamento seria aprovado através de Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2005, de 28 de julho.

Em 2015 foi reconhecido pela UNESCO como Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica, território onde o Parque Natural do Douro Internacional está inserido também. De todas as reservas da biosfera reconhecidas na Europa, é a que tem maior área, abrangendo, para além do PNDI, mais 3 parques naturais: - Parque Natural do Montesinho, Parque Natural Lago de Sanabria y Alrededores e Parque Natural de los Arribes del Duero.⁷¹

2. Caracterização Física

A parte norte do parque, constituída pela sub-região de Terras de Trás-os-Montes, caracteriza-se por uma paisagem particularmente atraente e diversificada, com destaque para o setor mais oriental, onde as serras se confrontam com o planalto e com os vales encaixados do Douro e dos seus afluentes. Aí, a geodiversidade constitui o *leit motiv* da paisagem.⁷²

Aqui ocorrem algumas das rochas mais antigas de Portugal, designadamente os gnaisses de Miranda do Douro, de idade Pré-Câmbrica.⁷³

Do ponto de vista estrutural, esta área norte do parque está integrado no Maciço Hespérico ou Ibérico, um dos fragmentos do Soco Hercínico Europeu, resultante dos movimentos orogénicos associados à colisão de duas placas tectónicas continentais.⁷⁴

⁷⁰ Informação disponibilizada pelo ICNF

⁷¹ <http://www.biosfera-mesetaiberica.com/> - consultado em 30/05/16

⁷² ARAÚJO, M. A.; GOMES, A. A – Geomorfologia do NW da Península Ibérica – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp.73

⁷³ <http://www.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pndi/geo>, consultado em 30/05/16

⁷⁴ http://www.rotaterrafrica.com/pagegen.asp?SYS_PAGE_ID=817288. Consultado dia 25/05/16

O relevo caracteriza-se por um extenso planalto bem conservado, que corresponde à superfície poligénica de aplanamento designada Meseta Setentrional (em território espanhol referida como Planalto de Castela-a-Velha), e porções dissecadas pelo encaixe profundo da rede fluvial, com destaque para as Arribas do Douro.⁷⁵

Do elevado poder erosivo do Douro e dos seus afluentes, em combinação com as características geológicas desta área, resulta uma paisagem com valor patrimonial reconhecido. Nesta área, onde o rio se encaixa essencialmente em rochas graníticas, dominam as vertentes íngremes, denominadas Arribas do Douro (figura 6).⁷⁶

A morfologia em forma de canhão fluvial, bem evidente em Miranda do Douro e no troço a jusante, relacionam-se bem com o acentuado perfil longitudinal deste setor internacional.⁷⁷

Os depósitos sedimentares associados à evolução desta unidade, têm sido referidos com idades que se situam desde o Eocénico até ao Priocénico e são um indicador da atuação de diversas fases na modelação desta unidade geomorfológica.



Figura 6 - Arribas do Douro, em Miranda do Douro- Norte do Parque; Fonte: Foto do autor

⁷⁵ ARAÚJO, M.A.; PÉREZ ALBERTI, A. – “Os meios geográficos no noroeste peninsular” in *Geografia do Eixo Atlântico*, Coord. X. SOUTO GONZÁLEZ, Universidade de Santiago de Compostela, pp.137-200.

⁷⁶ ARAÚJO, M. A; GOMES, A. A – Geomorfologia do NW da Península Ibérica – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp.82

⁷⁷ *Idem*

O substrato geológico é constituído por uma grande variedade de rochas com destaque para os granitos, que dominam a área norte desde o sul das freguesias de Cicouro e S. Martinho de Angueira aos lugares de Aldeia Nova e Freixiosa, destacando-se, ainda, o afloramento que envolve as freguesias de Duas Igrejas, Vila Chã da Braciosa, Picote e o sul de Sendim (figura 8). Aí observam-se, em vários setores, afloramentos que originam relevos típicos das rochas granitoides: os "caos de blocos".

*O setor de Mogadouro situa-se na orla do maciço de Morais, onde ocorrem rochas ofiolíticas, testemunhos de antigos fundos oceânicos que foram trazidos à superfície e cavalgaram a costa continental, devido aos esforços tectónicos que originaram, nesta região e durante o Paleozoico, uma cadeia de montanhas designada Hercínica, similar em muitos aspetos aos atuais Himalaias, e que se estendeu até à costa leste americana. Várias estruturas geológicas, conhecidas como mantos de carreamento e que foram as responsáveis pelo transporte para a superfície dos antigos fundos oceânicos, surgem também neste setor do Parque Natural e na sua envolvente.*⁷⁸

Em Freixo de Espada à Cinta predominam as unidades metassedimentares, do Grupo do Douro, unidade geológica conhecida também por Complexo Xisto-Grauváquico, que proporcionam vertentes menos íngremes e vales mais abertos, devido a ação erosiva do rio sob este tipo de rochas, com uma menor resistência (figura 7 e 8).



Figura 7 - Arribas do Douro, em Freixo de Espada à Cinta - Sul do Parque; Fonte: Foto do autor

⁷⁸ <http://www.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pndi/geo>, consultado em 30/05/16

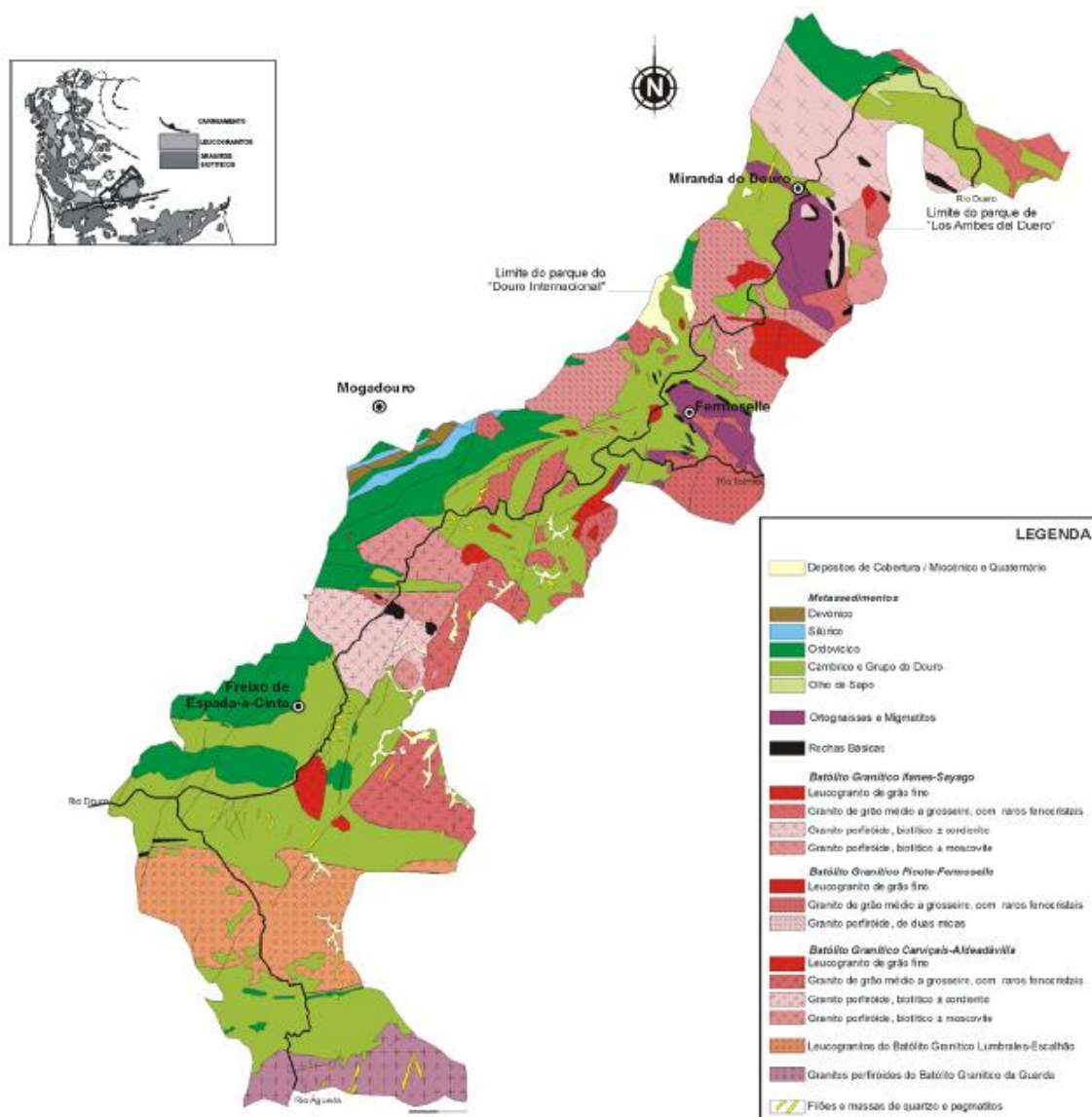


Figura 8 - Mapa geológico simplificado da região abrangida pelos Parques Naturais do Douro Internacional / Arribes del Duero. Extraído de E. PRETO, A. SÁ, A. MONTEIRO, 2005.

A variedade litológica nesta região é notável, estando assinalada a ocorrência de diversos tipos de granitos, gnaisses, migmatitos, serpentinitos, calcários, mármore, travertinos, quartzitos, xistos e grauwagues, assim como diversos depósitos de terraço e cascalheiras. Verifica-se também a existência de testemunhos fósseis de uma antiga fauna marinha de idade Câmbria.⁷⁹ (ver figura 8)

O clima da região é geralmente considerado como mediterrâneo sub-continental, caracterizando-se pelas acentuadas amplitudes térmicas anuais, que se manifestam através de Invernos extremamente frios, e Verões muito quentes e secos.

⁷⁹ <http://www.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pndi/geo>, consultado em 30/05/16

No entanto, e como refere DAVEAU (1988, p.456), “(...) *Trás-os-Montes e a Beira Transmontana apresentam um mosaico de climas muito contrastados. Frescos ou frios, mas ainda com certa moderação atlântica nos lugares altos das serras e planaltos, são fortemente continentais nas depressões, onde a amplitude térmica anual ultrapassa 20° e a diferença entre a temperatura máxima média do mês mais quente e mínima média do mês mais frio chega a 36°. É nas encostas do vale do Douro viradas ao sul que a temperatura atinge valores mais elevados, enquanto os vales profundos dos afluentes da margem esquerda, abrigados pela Serra da Estrela das abundantes chuvadas de SW, são particularmente secos.*”

Refira-se, ainda, que as Terras de Trás-os-Montes e Douro se caracterizam por fracos valores de precipitação, pela sua situação de ‘abrigo’ face aos relevos minhotos. De qualquer modo, esta variável climática apresenta assinalável variação espacial, totalizando mais de 1200mm na proximidade dos alinhamentos montanhosos, como a Serra de Montesinho e a Serra de Mogadouro, enquanto nas áreas situadas nos ‘encaixes’ do Douro Internacional e Maçãs-Sabor, na transição para a Terra Quente, raramente ultrapassa os 600mm.⁸⁰

A relação entre precipitação e temperatura é muito clara e inversa, já que são ambas determinadas pela fisiografia e pelo mais ou menos acentuado efeito da continentalidade. A distribuição das precipitações ao longo do ano segue, em toda esta região, o regime mediterrânico. No semestre húmido (outubro - março) ocorre, em média, 70% do total anual de precipitação (em contraste com menos de 10% no trimestre seco, entre junho e agosto), tendo os restantes meses carácter de transição. Nos meses de julho e agosto, as precipitações apenas excedem os 20mm nas áreas serranas, situando-se, em quase todo o território entre os 20 e os 10mm, raramente descendo para valores menores que 10mm.⁸¹

⁸⁰ FERREIRA, A.B, *et al* – *O Ambiente Físico* – Geografia de Portugal, Círculo de Leitores, Parte III, 2005, p.345

⁸¹ www.rotaterrafrica.com/ - consultado dia 25/05/16

3. Caracterização da Fauna e Flora

A flora do PNDI é essencialmente um reflexo das influências mediterrâneas da área, observando-se, de qualquer modo, uma diferença nítida entre a vegetação localizada nas áreas mais elevadas e a existente nos fundos dos vales. As espécies mais representativas são a Azinheira (*Quercus rotundifolia*), o Sobreiro (*Quercus suber*) e o Carvalho-Cerquinho (*Quercus faginea*).

Nas encostas mais escarpadas e pedregosas, essas quercíneas são acompanhadas por uma resinosa muito característica desta região interior, o Zimbros (*Juniperus oxycedrus*). São também de salientar as espécies aromáticas e melíferas, encontrando-se um pouco por todo o PNDI, como por exemplo o Tomilho (*Thymus mastichina*), a Esteva (*Cistus ladanifer*), o Rosmaninho (*Lvandula pedunculata*), assim como a Giesta (*Cistus striatus*)⁸²

Em termos faunísticos, o PNDI constitui uma das áreas mais importantes no contexto nacional e mesmo internacional, estando integrado nos sistemas europeus das áreas Corine-Biótopos e englobando duas ZPE, Douro Internacional e Vale do Coa e um sítio classificado da Rede Natura 2000, Douro Internacional.

As condições ecológicas do PNDI, implicam que, entre as numerosas espécies vertebradas e invertebradas existentes, seja o grupo das aves o mais representativo⁸³. No entanto, é também o que regista uma maior ocorrência de espécies ameaçadas, encontrando-se no PNDI uma importante percentagem de populações nidificantes, a nível nacional e ibérico. Há a salientar as aves rupícolas, como a Cegonha Preta (*Ciconia nigra*), o Abutre do Egito (*Neophron percnopterus*), o Grifo (*Gyps fulvus*), a Águia-Real (*Aquila chrysaetos*), a Águia de Bonelli (*Aquila fasciata*), o Falcão-Peregrino (*Falco peregrinus*) e o Bufo Real (*Bubo bubo*).⁸⁴

As características da região proporcionam os mais variados habitats, permitindo, assim, a presença de um conjunto diversificado de mamíferos, com destaque para o Lobo

⁸² RIBEIRO, A. – *Flora e Vegetação do Douro Internacional*, in “Entre Duas Margens - Douro Internacional, Mirandela, João Azevedo Editor, p.p. 13-334.

⁸³ De acordo com J. QUADRADO (2008, p.7) “(...) a fauna dos vertebrados silvestres do PNDI reúne 238 espécies, das quais 28 de mamíferos, 168 de aves, 17 de répteis, 11 de anfíbios e 14 de peixes”.

⁸⁴ MONTEIRO, A. – *Fauna do Douro Internacional* in “Entre Duas Margens – Douro Internacional, Mirandela, João Azevedo Editor, Editor, p. 37-62.

(*Canis lupus*), o Gato-bravo (*Félix silvestris*), a Geneta (*Genetta genetta*), o Corço (*Capreolus capreolus*) e a Lontra Europeia (*lutra lutra*).⁸⁵

4. Caracterização Histórica, Cultural e Etnográfica

Ao longo do território onde o PNDI se insere, assim como nas áreas envolventes, encontram-se vestígios da ocupação humana, longínqua no tempo, nos abundantes sítios e achados arqueológicos que contribuem, atualmente, para o engrandecimento de um riquíssimo património cultural, marca indelével da memória coletiva do Homem Transmontano.

De entre o património arqueológico regional, são sobejamente referenciados, pela sua visibilidade na estrutura paisagística ou pelo simbolismo que emanam, a arte rupestre de ar livre. Os restos de fortalezas, castelos e cintas de muralhas em localidades testemunhar as guerras frequentes entre os reinos de Espanha e Portugal durante a Idade Média.

As vivências que aqui se desenrolam, relacionadas com as dinâmicas locais, resultam de atividades socioculturais e económicas marcadas, ainda, por um quadro assente nas tradições que se perdem nos tempos e espaços imemoriais, e cujo contexto é determinado pelo cenário agro – silvo – pastoril. Evoluem segundo uma mutação das relações centro – periferia e urbano – rural, bem como da emergência de novas funções e consequentes valorizações dadas ao espaço físico e simbólico da ruralidade.⁸⁶

As atividades artesanais permanecem como exemplo das vivências de outrora, encontrando um outro contexto de utilização para os objetos produzidos, diferente daquele que desempenhavam nas diversas funções do quotidiano. Esta atividade é também assente em funções simbólicas – religiosas, com a realização de máscaras, trajes, miniaturas, esculturas, entre outras.⁸⁷

Nos dias de hoje, estas atividades reposicionam-se face à sociedade e às suas mutações recentes, ganhando relevo e visibilidade segundo uma perspetiva de utilização do

⁸⁵ www.icnf.pt/ - consultado em 30/05/16

⁸⁶ www.rotaterrafrica.com/ - Consultado em 12/06/16

⁸⁷ *Idem*

artesanato como objeto/produto vendável em novas lógicas de mercado, integrando-se, assim, em novas funções económicas, sociais e culturais.

O artesanato enfrenta desafios impostos pela emergente ligação entre o rural e o urbano, fundamentando um novo enquadramento produtivo, e revitalizando o papel e a atividade do artista/artesão. É de referir o elevado número deste tipo de atividades, nos concelhos da parte norte do parque.



Figura 9 - Grupo de Gaiteiros “Us da Burra” – Mogadouro; Fotografia de Rui Jorge

Os eventos que ocorrem na região traduzem os ritmos próprios da natureza e das celebrações a esta associados, destacando-se a realização de um calendário relacionado com as manifestações de caráter religioso, Festas e Romarias, a par dos ciclos profanos, como as Festas dos Rapazes e Festas de Carnaval, potenciando, assim, a emergência de eventos de cariz económico e lúdico, como as feiras de valorização de produtos locais.

Estes últimos eventos revelam a procura de articulação entre um passado herdado e as exigências de um presente e futuro no prisma da modernidade, do desenvolvimento regional e da consequente valorização dos produtos e identidades locais.

Esta região é também sinónimo de forte tradição no domínio dos grupos de gaiteiros e de pauliteiros, estes últimos verdadeiros *ex libris* da região.

De sublinhar, ainda, os Cantares de Trabalho e de Serão que animam o quotidiano das populações. Será importante referir as atividades desenvolvidas por grupos de jovens no sentido de preservar e inovar o património musical da região, ligando o passado recente às gerações futuras (figura 9).⁸⁸

Todos os elementos referidos constituem fatores de atração, numa época em que a procura turística valoriza cada vez mais a convivência com a natureza, cultura e vivências locais e com alguma tradição ainda, em que a oferta procura corresponder a estas expectativas, desenvolvendo produtos adequados às necessidades/exigências das novas formas de turismo.

5. Caracterização e Distribuição Populacional por Setor de Atividade

A população residente nestes concelhos, têm vindo a registar, uma gradual diminuição, ao longo do tempo, (gráfico 3), sendo Mogadouro e Miranda do Douro os concelhos com maior nº de habitantes.

No entanto, é o concelho de Mogadouro e também Freixo de Espada à Cinta, os que registam, a maior taxa de despovoamento, verificando-se quase uma diminuição de metade da população - 42,5% em Mogadouro e 38,9% em Freixo de Espada à Cinta - de 1981 para 2015* (gráfico 4)⁸⁹.

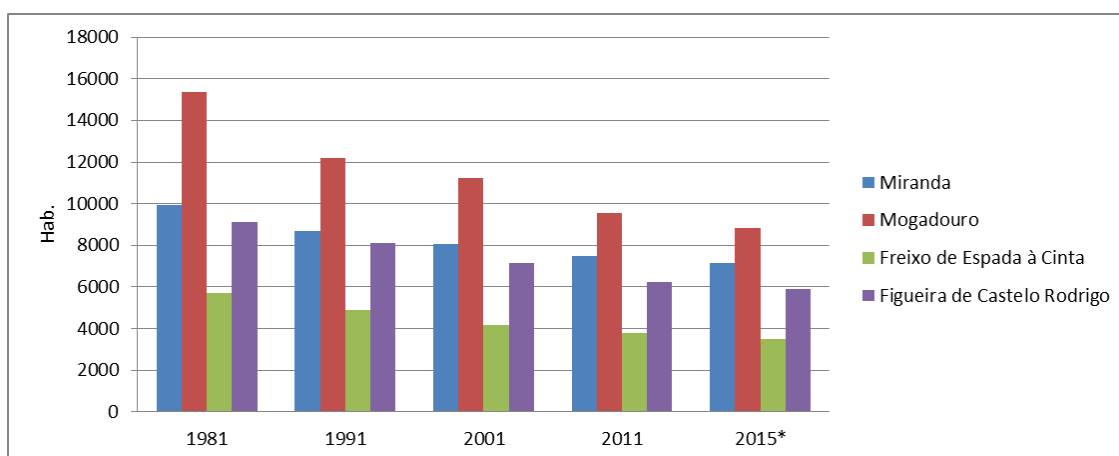


Gráfico 3 - População Residente, por Concelho, entre 1981 – 2015 Fonte: INE

⁸⁸ www.rotaterrafría.com/ - acedido em 12/06/16

⁸⁹ *Dados estimados

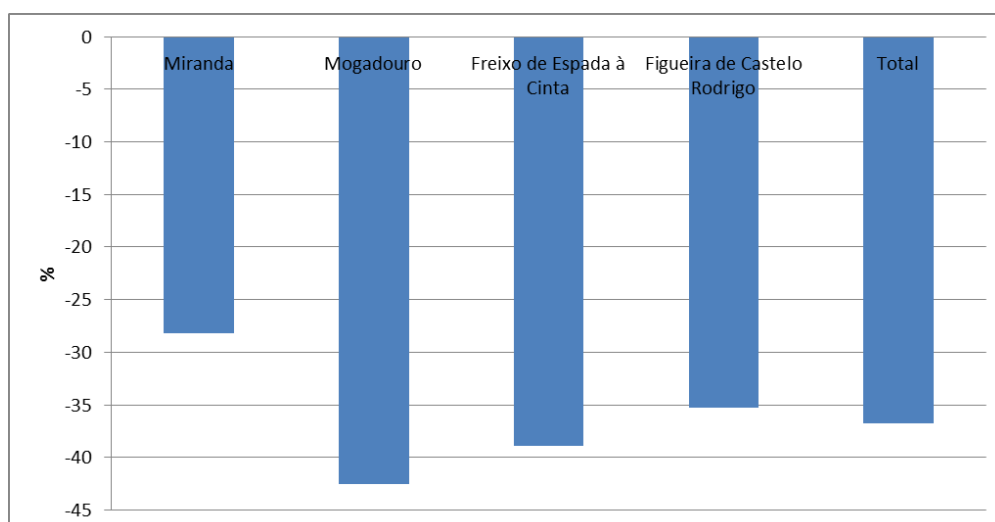


Gráfico 4 - Variação da População Residente, por Concelho, entre 1981 – 2015 Fonte: INE

Em relação à distribuição da população residente ativa, por setor de atividade, verifica-se que existe uma terciarização das atividades, quer em 1991, quer em 2011 (gráfico 5 e 6).

Verifica-se também, que essa terciarização, se acentuou em 2011, nos quatro concelhos, onde mais de metade da população ativa, trabalha em atividades do setor terciário.

O abandono da atividade agrícola, é bastante notório, através da evolução verificada entre estes dois períodos de tempo, sendo os concelhos de Miranda do Douro e de Mogadouro os que mais perderam população ativa para o setor terciário.

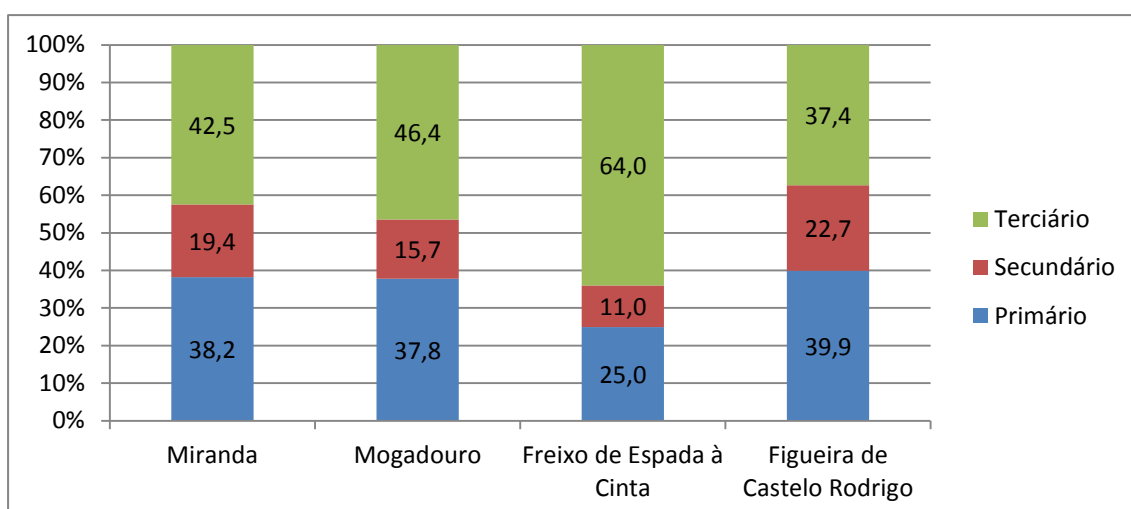


Gráfico 5 - População Residente Ativa e Empregada, por Ramo de Atividade, por Concelho, em 1991 Fonte: INE

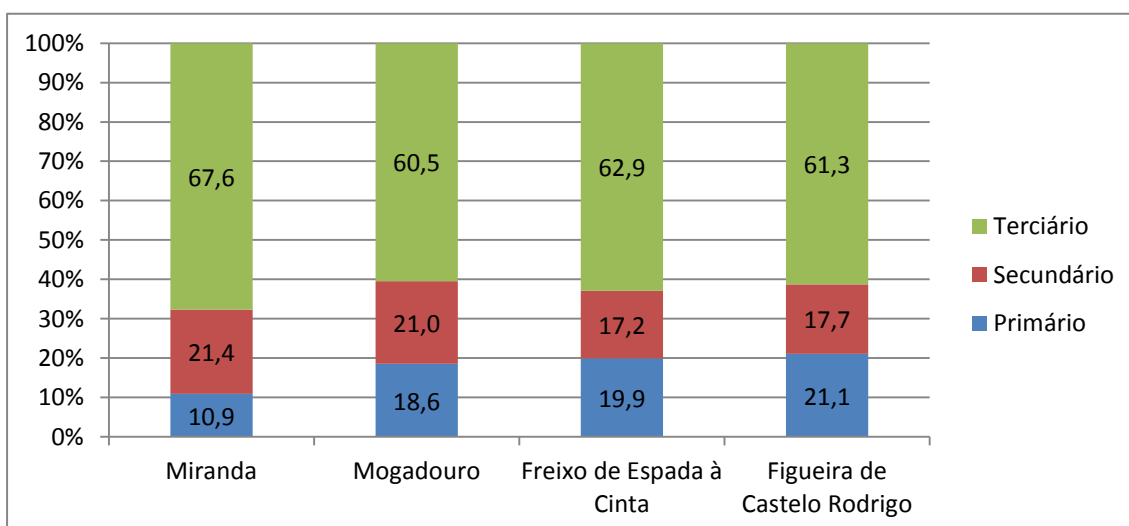


Gráfico 6 - População Residente Ativa e Empregada, por Ramo de Atividade, por Concelho, em 2011

Fonte: INE

6. Caracterização das Infraestruturas de Apoio Turístico

Um aspeto importante neste trabalho, reside na análise das infraestruturas de apoio turístico, para percebermos não só o modo como a região se encontra dotada neste tipo de infraestruturas, como perceber qual a sua evolução ao longo do período de 10 anos entre 2003 – 2013.

6.1. Capacidade de Alojamento

A capacidade de alojamento⁹⁰ é um pouco deficitária, principalmente no concelho de Freixo de Espada à Cinta, não chegando a 50 camas disponíveis. Miranda do Douro, é o concelho que apresenta a maior capacidade de alojamento, o que pressupõe uma maior procura. Verifica-se em todos eles um crescimento do número de camas disponíveis, salientando a evolução de Figueira de Castelo Rodrigo, que passou a ter 200 camas disponíveis.

⁹⁰ Número máximo de indivíduos que os estabelecimentos podem alojar, num determinado momento ou período, sendo este determinado através do número de camas.

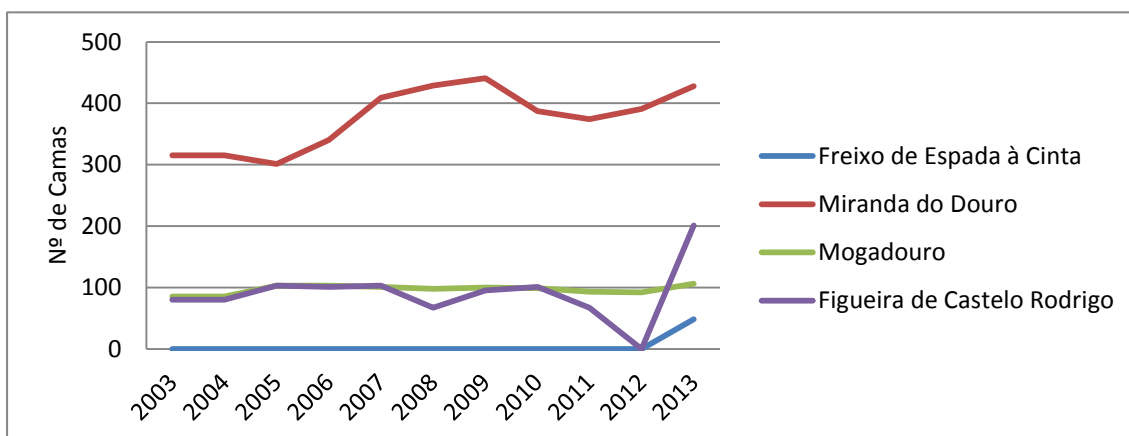


Gráfico 7 - Capacidade de Alojamento, por Concelho, entre 2003 – 2013 Fonte: INE

6.2. Hóspedes

Em articulação com o item anterior, podemos verificar, que é o concelho de Miranda do Douro o que se destaca, de forma evidente, dos restantes concelhos, em termos do número de hóspedes em estabelecimentos hoteleiros (gráfico 8).

No entanto, observa-se uma queda a partir de 2011, registando valores em 2013 iguais aos de 2005, ano em que se assinalam os valores mais baixos.

Os restantes concelhos⁹¹ apresentam valores muito mais reduzidos, no entanto registam todos eles uma pequena evolução positiva, a partir de 2011.

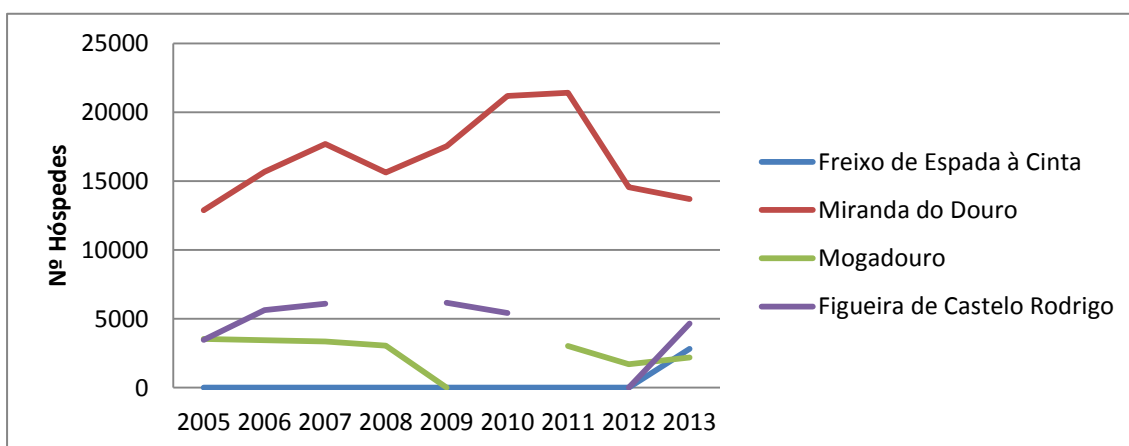


Gráfico 8 - Hóspedes nos Estabelecimentos Hoteleiros, por Concelho, entre 2005 – 2013 Fonte: INE

⁹¹ Alguns dados não existem no INE.

6.3. Estada Média

Em relação ao período de tempo que os hóspedes permanecem nos estabelecimentos hoteleiros, é pouco superior a uma noite, em todos os concelhos ao longo do período de tempo em análise. No entanto, Mogadouro, em 2013, apresenta um valor já de duas noites.

Concelhos	Nº									
	Ano									
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Freixo de Espada à Cinta	0	0	0	0	0	0	0	0	1,2	
Miranda do Douro	1,3	1,3	1,3	1,4	1,4	1,2	1,2	1,2	1,3	
Mogadouro	1,3	1,2	1,2	1,4			1,4	1,5	2,1	
Figueira de Castelo Rodrigo	1,6	1,2	1,1		1,1	1			1,4	

Tabela 1 - Estada Média, por Concelho, entre 2005 – 2013 Fonte: INE

6.4. Proporção de Hóspedes Estrangeiros

Em termos de proporção de hóspedes estrangeiros, verifica-se, que é o concelho de Miranda do Douro, que apresenta a maior percentagem de estrangeiros e se destaca uma vez mais, dos outros três concelhos. Apresenta uma evolução positiva, correspondendo em 2013, a 22 % de hóspedes estrangeiros.

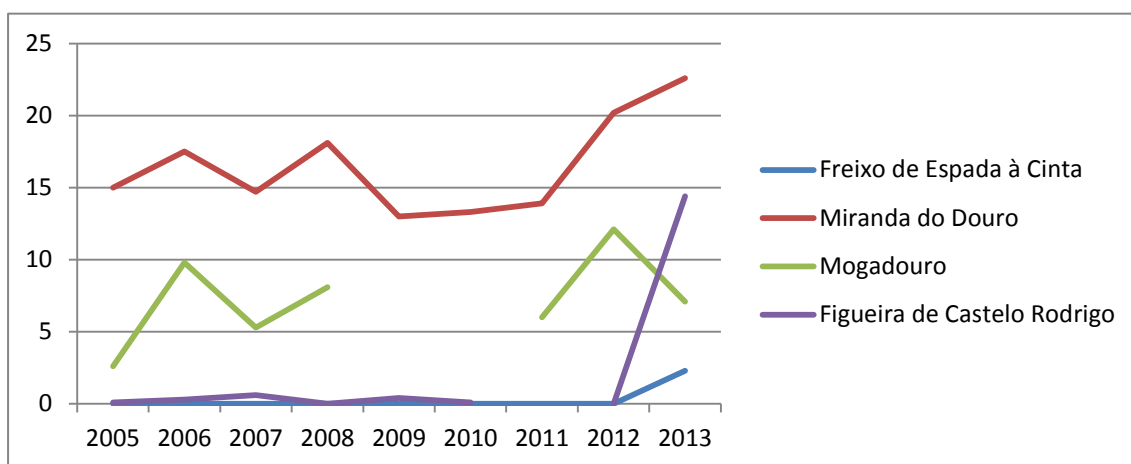


Gráfico 9 - Proporção de Hóspedes Estrangeiros, por Concelho, entre 2005 – 2013 Fonte: INE

III – Turismo de Natureza no Parque Natural do Douro Internacional

1. Enquadramento Legal

Na rede Nacional de Áreas Protegidas apenas se podem exercer atividades de turismo de natureza, o que significa que qualquer empresa deverá ter as suas atividades reconhecidas como tal.

O reconhecimento de Empreendimentos Turísticos e de Agentes de Animação Turística como Turismo de Natureza, funciona como um “selo” de boas práticas ambientais e código de conduta a que essas entidades se comprometem a aderir, sendo-lhes possibilitado o uso de um logótipo indicativo desta especificidade.⁹²



Figura 10 - Logótipo de Reconhecimento de uma Empresa de Turismo de Natureza. Fonte: www.icnf.pt

1.1. Programa Nacional de Turismo de Natureza

O Programa Nacional de Turismo de Natureza, (PNTN), foi criado pela Resolução do Conselho de Ministros, n.º 112/98, de 25 de agosto, tendo sido revogado pela RCM n.º 51/2015, de 21 de Julho, tendo presente a circunstância de as áreas classificadas surgirem cada vez mais, no contexto nacional e internacional, como destinos turísticos

⁹² www.icnf.pt/ consultado em 04/07/16

em que a existência de valores naturais e culturais bem preservados constituem atributos indissociáveis do turismo de Natureza.⁹³

Nestas áreas, o turismo deve ser sustentável a longo prazo, de forma a assegurar a manutenção dos processos ecológicos essenciais à biodiversidade, e contribuir de maneira positiva para o desenvolvimento económico local, garantindo que a utilização dos recursos não compromete o seu usufruto pelas gerações futuras.⁹⁴

Segundo o referido no ponto cinco do RCM, o PNTN, tem como objetivo principal, a promoção e afirmação dos valores e potencialidades das áreas classificadas, através da criação de produtos e serviços turísticos inovadores e sustentáveis, nos municípios abrangidos por aquelas áreas, promovendo a integração e sustentabilidade dos seguintes domínios:

- Conservação da Natureza;
- Desenvolvimento local;
- Qualificação da oferta turística;
- Diversificação da atividade turística;
- Divulgação e valorização do património cultural;⁹⁵

1.2. Registo Nacional de Turismo

O Registo Nacional de Turismo (RNT), é uma ferramenta centralizadora de toda a informação relativa aos empreendimentos e empresas do turismo a operar no território português. O RNT, regulamentado pela portaria nº 1087/2010 de 22 de outubro, abrange todos os empreendimentos, com título válido de abertura ao público, e todas as atividades turísticas, sendo atualmente construído por:

- Registo Nacional de Empreendimentos Turísticos (RNET);
- Registo Nacional do Alojamento Local (RNAL);

⁹³ Presidência do conselho de Ministros – Resolução do Conselho de Ministros nº 51/2015 , “Diário da República”, I Série, nº 140, 21 de julho de 2015, p. 4922

⁹⁴ *Idem* p. 4923

⁹⁵ *Idem*

- Registo Nacional de Agentes de Animação Turística (RNAAT);
- Registo Nacional das Agencias de Viagens e Turismo (RNAVT);⁹⁶

1.3. Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística

Nos termos do Decreto-Lei n.º 108/2009 de 6 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 95/2013 de 19 de julho, só as empresas inscritas no RNAAT, como empresas de animação turística ou operadores marítimo-turísticos, podem exercer em território nacional, atividades próprias dos agentes de animação turística.

Com a inscrição no RNAAT é atribuído um número de registo à empresa, que tem obrigatoriamente de constar em contractos, correspondência, publicações, anúncios e toda a sua atividade externa.⁹⁷

1.4. Atividades de Turismo de Natureza

Tendo em conta a legislação anterior, as empresas que tenham obtido o seu reconhecimento como atividades de turismo de natureza, podem oferecer as seguintes atividades turísticas:

- a) Passeios pedestres, expedições fotográficas, percursos interpretativos e atividades de observação de fauna e flora;*
- b) Atividades de orientação;*
- c) Atividades de teambuilding;*
- d) Jogos populares;*
- e) Montanhismo, escalada, atividades de neve, canyoning, coasteering, e espeleologia;*
- f) Percursos de obstáculos com recurso a rapel, slide, pontes e similares;*
- g) Paintball, tiro com arco, besta, zarabatana, carabina de pressão de ar e similares;*

⁹⁶ www.turismodeportugal.pt/ consultado em 04/07/16

⁹⁷ *Idem*

- h) Balonismo, asa delta sem motor, parapente e similares;*
- i) Passeios de bicicleta (cicloturismo ou BTT), passeios de segway e em outros veículos não poluentes;*
- j) Passeios equestres, passeios em atrelagens de tração animal e similares;*
- l) Passeios em veículos todo o terreno;*
- m) Passeios de barco, com ou sem motor;*
- n) Observação de cetáceos e outros animais marinhos;*
- o) Vela, remo, canoagem e atividades náuticas similares;*
- p) Surf, bodyboard, windsurf, kitesurf e atividades similares;*
- q) Rafting, hidrospeed e atividades similares;*
- r) Mergulho⁹⁸*

1.5. Cartas de Desporto de Natureza

Tendo em consideração os termos descritos no artigo 6 do Decreto Regulamentar nº 18/199, de 27 de agosto, cada área protegida deve possuir uma carta de desporto de natureza e respetivo regulamento, onde contem as regras e orientações relativas a cada modalidade de desporto de natureza incluindo, designadamente, os locais e as épocas do ano em que as mesmas podem ser praticadas, bem como a respetiva capacidade de carga.

Na totalidade de áreas protegidas nacionais, apenas duas têm carta de desporto de natureza publicadas, que é o caso do Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros – Portaria nº 1465/2004, de 17 de dezembro e o Parque Natural de Sintra-Cascais – Portaria nº 53/2008, de 18 de janeiro.

⁹⁸ Ministério da Economia e da Inovação – Decreto- Lei nº 108/2009, *Diário da República*, Lisboa, I Série, nº 94, 15 de maio de 2009, p. 3041

2. Caracterização da Oferta de Atividades de Turismo de Natureza

2.1. Empresas de Turismo de Natureza

As empresas de Turismo de Natureza que podem atuar no PNDI ainda são em número reduzido, tendo em conta não só a área do parque, como o exemplo de outras áreas protegidas onde o número de empresas que aí atuam é muito superior. É de salientar que as empresas localizadas no parque e em áreas de proximidade, se localizam todas elas na área a norte deste, designadamente em Miranda do Douro, Vimioso e Mogadouro.

Verifica-se também a existência de algumas empresas com sede longe da área protegida, como algumas localizadas na área de Lisboa, que apresentam também produtos e atividades a oferecer nesta área protegida.

As atividades e produtos disponibilizados, são essencialmente passeios pedestres, de bicicleta e observação de aves. Esta última atividade é um produto que quase todas as empresas dispõem, devido à importância que esta área protegida representa, (como já vimos anteriormente), detendo algumas espécies emblemáticas de aves planadoras, despontando assim o interesse, de produto turístico, a empresas localizadas a alguma distância desta.

Nome	Actividades	Sede
Birds & Nature	Observação de Aves	Lisboa
Caminhos da Natureza	Pedestrianismo, Passeios de Bicicleta	Barcarena
Coordenadas d'Aventura	Canoagem, Pedestrianismo, Actividades Culturais	Vimioso
Domingos Leitão	Observação de Aves	Lisboa
Europarques	Viagens de Barco	Miranda do Douro
Fernando Romão	Fotografia de Natureza	Lisboa
Green Walks	Pedestrianismo	Braga
Naturisnor	Passeios de Barco, Stand Up Paddle, Passeios de Bicicleta, Observação de Aves	Mogadouro
Nordeste Vivo	Pedestrianismo, Observação de Aves, Passeios de Bicicleta, Canoagem	Miranda do Douro
Wego Adventures	Pedestrianismo	Almada

Tabela 2 - Empresas de Turismo de Natureza que Podem Atuar no Parque Natural do Douro Internacional; Fonte: ICNF

2.2. Associações Locais

Além das empresas de Turismo de Natureza referidas anteriormente, existem também no PNDI, principalmente na área norte, várias associações locais, que têm o objetivo de contribuir para um desenvolvimento sustentável, fomentando a conservação da natureza, preservação de tradições e da cultura desta região.

Trabalham na busca do desenvolvimento local, num processo de melhoria das condições sociais e económicas, desenvolvendo atividades que promovam a educação, formação e sensibilização não só das populações locais, como de quem visita e participa.

Estas associações desenvolvem várias atividades, abertas a quem queira participar, como: observação e identificação de aves; atividades de fotografia de natureza; observação de fauna e flora; festivais de ecologia, artes e tradições populares; passeios de burro; atividades de recuperação de arquitetura tradicional como pombais; entre outras atividades, que procuram sempre a interação da população local e dos seus costumes com os visitantes.

Nome	Actividades	Sede
Palombar	Actividades várias sobre a cultura tradicional, Observação de Aves	Vimioso
AEPGA	Actividades culturais, Passeios Pedestres com Burros	Miranda do Douro
ALDEIA	Actividades culturais, Observação de Aves, Fotografia de Natureza, Pedestrianismo, Observação de Fauna e Flora	Vimioso
FRAUGA	Actividades culturais, Passeios Pedestres, Observação de Fauna e Flora	Miranda do Douro
ATN	Observação de Aves, Pedestrianismo	Figueira de Castelo Rodrigo
Rupestres	Observação de Aves	Vila Real
SPEA	Observação de Aves	Lisboa

Tabela 3 - Associações Locais que Desenvolvem Atividades de Ecoturismo no Parque Natural do Douro Internacional

Tendo em conta as atividades desenvolvidas por estas associações, e o que foi dito na parte conceptual deste trabalho, nomeadamente no que respeita aos vários conceitos de ecoturismo, referidos por diversos autores, recordando Hetzer (1965), que identificou quatro princípios de turismo responsável, *Minimização dos impactos ambientais*, *Respeitar as culturas locais*, *Maximizar os benefícios para a população local*,

*Maximizar a satisfação do turista*⁹⁹ parece que são estas associações a desenvolver atividades mais próximas do conceito de ecoturismo.

No entanto, existe uma premissa que não se cumpre, que é o retirar dessas atividades dividendos económicos capazes de sustentar financeiramente estes mesmos organismos.

3. Possíveis Problemas

O PNDI é uma área protegida recente no âmbito da classificação de espaços protegidos em Portugal. Isto levou a que este espaço do território nacional tenha sido desconhecido, em detrimento de outros locais e espaços protegidos nacionais. Aliado a esse fator, acresceu a sua interioridade e a fraca acessibilidade em termos viários, com uma rede de estradas escassa até aos pontos emissores de visitantes, nomeadamente as cidades do litoral.

Com o desenvolvimento e criação de novas infraestruturas de redes viárias, nomeadamente com a construção da A4 – (Autoestrada Transmontana, com a sua ligação Porto – Bragança – Espanha), com o Túnel do Marão, o IP2 – (Intrário Principal entre Guarda e Bragança) e o IC5 – (Itinerário Complementar entre Miranda do Douro e A4), este território ficou mais próximo e mais acessível.

O PNDI é uma área protegida ainda pouco conhecida e longe das pressões de visitantes que outros espaços naturais nacionais sofrem, como por exemplo o Parque Nacional de Peneda Gerês, Parque Natural da Arrábida ou a Reserva Natural das Berlengas.

No entanto, esse desconhecimento, não só da sua existência como da sua riqueza, seja em termos de bio e geodiversidade – (geologia, fauna e flora, paisagem), como em tradições, usos, folclore, iniciativas, atividades começa agora a despontar interesse, a ser uma escolha de visita e a fazer parte de produtos de Turismo de Natureza, por parte de empresas localizadas em outros pontos do país – Lisboa e Braga, por exemplo.

Esta nova dinâmica que surge, em parte devido a esta nova proximidade e a uma procura de algo novo, diferente e de enorme interesse paisagístico e de conhecimento,

⁹⁹ ORAMS, M.B.(2001) – *Types of Ecotourism*, Centre for Tourism Research, Massey University at Albany North Shore MSC, New Zeland, WEAVER, David B. – *The Encyclopedia of Ecotourism*, Austrália, School of Tourism and Hotel Management, Griffith University, Cabi Publishing, 2001,p.5.

aleada a uma falta de gestão do território em termos de políticas de controlo do impacto de visitantes sobre o território, pode trazer alguns problemas de sustentabilidade ambiental e territorial.

Tendo em conta os dados conseguidos neste relatório, pode verificar-se que é a área norte do parque que tem uma maior afluência de visitantes, nomeadamente o concelho de Miranda do Douro, em parte devido a sua proximidade com cidades de alguma dimensão no outro lado da fronteira, como Zamora, Benavente ou Salamanca, e também a proximidade com Bragança.

Esta sua maior afluência deve-se também a outros fatores como a cidade histórica que Mirada do Douro representa e a presença de empresas de turismo de natureza, como a Europarques – Viagens de Barco, no rio Douro, capazes de captar assim maior número de visitantes.

Estes locais, como as áreas de desembarque e embarque de pessoas, áreas de navegação, miradouros, percursos pedestres emblemáticos sob as arribas, locais mais procurados pelos visitantes, tornam-se mais sujeitos a uma maior pressão, tornando-se pontos do território mais suscetíveis á degradação ambiental.

4. Políticas e Medidas de Gestão Territorial

Tendo em conta todas as matérias abordadas neste relatório, torna-se necessário que algumas medidas ou políticas sejam tomadas, para que problemas de sustentabilidade do território não sejam colocadas em causa e para assim prevenir situações futuras e conseguir responder a pressões de visitantes sob o território, que possam surgir.

Medida 1 – Cartas de Desporto de Natureza

A criação de Cartas de Desportos de Natureza, torna-se uma peça indispensável e primordial na capacidade de gestão de um espaço natural, no que diz respeito, á prática de atividades de Turismo de Natureza.

É fundamental que o PNDI crie e implemente essa carta, para assim ser possível não só promover novas estratégias e medidas de regulamentação do território, como gerir todas as atividades de Turismo de Natureza que aqui possam surgir.

A existência de um documento, que responda a algumas perguntas como: - “Onde? - Quando? O quê? E como?”, definindo os locais mais apropriados, a prática de cada atividade de Turismo de Natureza, consegue preservar os locais com maior sensibilidade ecológica e distribuir melhor as atividades pelo território.

Medida 2 – Definição da Capacidade de Carga

A definição da capacidade de carga de um território, principalmente de um território sensível como é o caso do PNDI e de qualquer espaço natural, torna-se indispensável.

A visitação, independentemente do seu fluxo, terá sempre impactes sob o território. Torna-se assim essencial realizar uma boa gestão dos espaços naturais, de modo a diminuir e mitigar esses impactes negativos.

Deste modo, é necessário estudar o território, para perceber e determinar o número de visitantes, por local de visita, e determinar o nível de impacto aceitável destes sob o território do PNDI.

Depois de conseguir determinar esses valores, torna-se importante definir e implementar estratégias, para que se consiga gerir o fluxo de visitação em todo o território desta área protegida.

Esta medida é uma das mais importantes, pois nela assentam todas as estratégias e políticas de ordenamento deste espaço natural, desde a emissão de pareceres de empresas de Turismo de Natureza, ao controle de todas as atividades e visitação que o parque possa ter, para assim prevenir situações de pressão dos visitantes sob espaços sensíveis.

Medida 3 – Criação de “Portas” do PNDI

O Programa Nacional de Turismo de Natureza, veio atribuir importância na promoção e desenvolvimento de Turismo de Natureza, nas áreas protegidas, entendido como capaz de conciliar os objetivos e conservação e preservação dos valores naturais e culturais.

Com o Programa de Visitação e Comunicação na RNAP – Rede Nacional de Áreas Protegidas, são abordadas referências importantes na melhoria das condições de visitação, atendimento e comunicação aos visitantes.

É reforçada assim a importância, para os espaços naturais, da existência de estruturas adequadas à recepção, informação e apoio ao visitante, mais concretamente, “Portas”, que se devem assumir como local prioritário de visitação das áreas protegidas.

A existência de portas de entrada no PNDI é importante, devendo estas localizarem-se em locais estratégicos, de modo a que o visitante se dirija, quando chegar, para procura de informação, obter apoio, solicitar serviços e adquirir produtos de fabrico artesanal local, assim como conhecer melhor o parque.

Este tipo de estrutura é importante para o PNDI, pois não só incentiva e estimula a visitação, mas essencialmente organiza, controla e educa.

Entre os principais objetivos associados à abordagem das “portas”, o programa refere:

- *Materializa a oferta da área protegida numa estrutura específica para fins turísticos;*
- *Cria motivos de atração adicional e presta um bom serviço ao visitante;*
- *Prolonga o período médio de estadia nas áreas protegidas, enriquecendo o tempo passado durante a visita;*
- *Absorve a visitação massiva de segmentos menos interessados, reduzindo a pressão nas zonas mais sensíveis;*
- *Controla o acesso de visitantes e organiza atividades de visitação;*
- *Promove a sensibilização e educação ambiental;*

*- Potencia o desenvolvimento de atividades lucrativas que ajudem a gerar receitas;*¹⁰⁰

Medida 4 – Controlar a Emissão de Pareceres a Empresas de Turismo de Natureza e Marítimo-Turísticas

O controlo de pareceres favoráveis, por parte das entidades de gestão, a empresas de Turismo de Natureza e Marítimo-Turísticas, pode ser uma medida importante, no ponto de vista de limitar o número de agentes a poder desenvolver as atividades no PNDI, e assim melhor controlar a visitação, isto em cenários futuros quando se verificar que o número de visitantes, estão perto dos valores de limiar de capacidade de carga.

Esta medida torna-se ainda mais relevante no que diz respeito a empresas Marítimo-Turísticas que queiram exercer as suas atividades no rio Douro, pois é uma área mais sensível do ponto de vista ecológico, onde os limiares de carga deverão ser mais reduzidos que em outras áreas do parque.

Medida 5 – Ações de Sensibilização da População

A riqueza que define o PNDI, não é representada só pela diversidade de fauna e flora e de ecossistemas, mas também pelas pessoas que lá vivem e pela marca deixada pelos seus antepassados, nas suas tradições, costumes, arquitetura, práticas agrícolas, que são únicas nesta região e que engrandecem esta área protegida.

No entanto, por vezes essa população, que ainda hoje ajuda a moldar as paisagens dos planaltos, não sente a riqueza desse local e a importância que o parque tem para o território e o proveito que deste tiram e poderão vir a retirar.

Assim, é importante ensinar e educar, para que esse sentimento de riqueza paisagista e de valor natural possa ser percecionado. Essa educação passa em parte pelas escolas, onde estas devem ter um papel importante na passagem da mensagem do que é viver e do privilégio que devem sentir em viver dentro de um espaço natural protegido.

¹⁰⁰ <http://www.adere-pg.pt/> consultado em 22/08/2016

Conclusão

O Turismo de Natureza, tem como base territorial de atuação o meio natural, sendo as áreas protegidas, devido aos valores que estas representam, os locais de excelência para a prática deste tipo de atividades de lazer.

Portugal é um território interessante no desenvolvimento deste tipo de turismo, devido às suas características e diversidade dos recursos naturais que apresenta. É composto por inúmeras paisagens desde espaços de âmbito marinho, de costa, de montanha, de planícies, montados de sobro, lagoas, estuários, escarpas, com climas e microclimas diversificados, compondo assim uma enorme paleta de opções.

Juntamente a esta diversidade territorial, é importante salientar que cerca do 21% do território Português é formado por áreas classificadas, com fortes valores naturais, como Parques Naturais, Rede Natura 2000 ou Reservas da Biosfera.

As características aqui enumeradas, associando a uma proximidade aos mercados europeus emissores, o encurtamento de distâncias, a evolução da acessibilidade, um clima ameno durante todo ano, torna assim possível a realização de um conjunto vasto de atividades *outdoor*.

Estas particularidades aqui representadas aliadas a uma segurança do destino, onde ainda se respira paz e tranquilidade no quotidiano, são aspetos relevantes para Portugal poder ser um país onde o Turismo de Natureza seja uma atividade relevante na economia nacional.

No entanto, torna-se urgente definir estratégias e políticas de ordenamento e gestão do território e do impacto dos visitantes sobre o mesmo, de modo a que não se verifique no futuro uma delapidação constante dos recursos naturais, culturais, identitários que sustentam a própria atividade.

Glasson *et al.* (1995) referem: "Turismo contém as sementes da sua própria destruição; o turismo pode matar turismo, destruindo as atrações ambientais, que fazem os visitantes, se deslocar a um local, para vivenciar e experimentar."

Existe uma difícil tarefa de encontro de um equilíbrio entre a visitação de áreas protegidas e a conservação dos ecossistemas, que atribuem valor a esse território e que as torna alvo de enorme procura.

Para o Turismo de Natureza esta é uma questão essencial, pois esta beneficia da singularidade desses espaços protegidos, e por vezes da fragilidade dos ecossistemas que a compõem.

Torna-se necessário assim, garantir a conservação dos valores naturais do PNDI, não só através da educação e sensibilização dos visitantes, bem como a monitorização continuada dos mesmos, de modo a não comprometer a utilização recreativa, não pondo em causa o equilíbrio do espaço natural.

Com a perda da qualidade dos espaços, existirá um abandono dos visitantes e do turismo, nesses locais, tornando-se impossível o desenvolvimento de Turismo de Natureza e o desenvolvimento de uma economia local, associada a este.

É necessário que algumas estratégias se desenvolvam, nomeadamente, a avaliação e definição da capacidade de carga turística do PNDI, assim como quais os mecanismos de controlo desse mesmo número de visitantes, que este espaço natural pode conter.

Este é sem dúvida um desafio que todas os espaços naturais têm pela frente e o Parque Natural do Douro Internacional em particular, devido ao território sensível que este contempla e a insuficiência de políticas de gestão de controlo de visitação.

Referências Bibliográficas

AMADOR, et al, - *Determinação de la Capacidade de Carga Turística em los Sítios de Visita del Parque Nacional das Galápagos*, Servicio Parque Nacional Galápagos, Instituto Ecuatoriano Florestal y de Áreas Naturales y Vida Selvagem, Puerto Ayora, Islas Galápagos, 1996, p.11.

ARAÚJO, M. A; GOMES, A. A – Geomorfologia do NW da Península Ibérica – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p.73

ARAÚJO, M.A. PÉREZ ALBERTI, A. – “Os meios geográficos no noroeste peninsular” in *Geografia do Eixo Atlântico*, Coord. X. SOUTO GONZÁLEZ, Universidade de Santiago de Compostela, pp.137-200.

BUTLER. R.W – *The Concept of a Tourist Area Cycle of Evolution: Implications for Management of Resources*, University of Western Ontario, Canadian Geographer , 1980, p.6

CIFUENTES, M. – *Determinacion de Capacidad de Carga Turistica em Areas Protegidas*, Centro Argonomico Tropical de Investigacion y Enseñanza Catie, Turrialba, Costa Rica, 1992, p. 2.

COLIN, Michael Hall; STEPHEN, Page – *The Geography of Tourism and Recreation Environment, place and space*, Londres , Nova Iorque, Routledge Taylor & Francis Group, 2006, p.28.

DEPREST, F. – *Inquérito Sobre o Turismo de Massa – A Ecologia Face ao Território*, Instituto Piaget, Lisboa, 2004, p.42

FERREIRA, A.B, et al – *O Ambiente Físico – Geografia de Portugal*, Circulo de Leitores, Parte III, 2005, p.345

Francisco Muñoz de Escalona – *Crítica de la Economía Turística Enfoque de Oferta Versus de Demanda*, Madrid, 1992.

GOMES, M. (2003) – *Planeamento e População em Áreas Protegidas – o Parque Natural do Douro Internacional*, Porto, dissertação para obtenção de mestrado em Planeamento Urbano e Regional, Faculdade de Letras da Universidade do Porto,p.33.

GÓMEZ, A.L. – *La Evolución Internacional de La Geografía del Ocio*, Cuadernos Criticos de Geografia Humana, Universidade de Barcelona, 1987, p. 8.

MARTINS, Luís Saldanha – *Espaços de Lazer e de Turismo no Nordeste de Portugal* – julho de 2004, Porto, p.22.

MONTEIRO, A. – *Fauna do Douro Internacional in “Entre Duas Margens – Douro Internacional*, Mirandela, João Azevedo Editor, Editor, p. 37-62.

ORAMS, M.B.(2001) – *Types of Ecotourism*, Centre for Tourism Research, Massey University at Albany North Shore MSC, New Zeland, WEAVER, David B. – *The Encyclopedia of Ecotourism*, Austrália, School of Tourism and Hotel Management, Griffith University, Cabi Publishing, 2001, p.25.

RIBEIRO, A. – *Flora e Vegetação do Douro Internacional*, in “*Entre Duas Margens - Douro Internacional*, Mirandela, João Azevedo Editor, p.p. 13-334.

UMBELINO, Jorge – *Lazer e território*, Lisboa, CEGPR-UNL, 1999, p.29.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAME – *Comcept Note – Towards The Development of the 10 YFP Sustainable Tourism Programme*, 22 de dezembro de 2014, p.2.

WEAVER, D. – *Ecotourism*, Milton, John Wiley & Sons Ltd, p.191.

WEAVER, David B. – *The Encyclopedia of Ecotourism*, Austrália, School of Tourism and Hotel Management, Griffith University, Cabi Publishing, 2001, p.6.

Sítios e Documentos Online

Adere Peneda Gerês – disponível em - <http://www.adere-pg.pt/> consultado em 22/08/2016

CORDEIRO, I.D. – *Determinação da Capacidade de Carga Turística a partir do Método Cifuentes et.al. (1992): Aplicação à Praia dos Careneiros (Tamandré/Pe)*, Pernambuco, 2012 (Tese de Mestrado), Revista de Turismo Visão e Ação, Vol.15 Nº1, p.59 – disponível em www.univali.br/revistaturismo

CUNHA, Licínio - *A Definição e o Âmbito do Turismo: um aprofundamento necessário*, Repositório Científico Lusófona, 2010, p.9, (<http://recil.grupolusofona.pt/>) – Consultado em 22/05/2016

ICNF - disponível em <http://www.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pndi/geo>, consultado em 30/05/16

INE – dados estatísticos – disponível em, https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados&contexto=bd&selTab=tab2 - Acedido em 15 de junho de 2016

Reserva Biosfera Meseta Ibérica – disponível em <http://www.biosfera-mesetaiberica.com/> - consultado em 30/05/16

TIES – disponível em - <https://www.ecotourism.org/what-is-ecotourism> - consultado em 25/05/2016

Turismo de Portugal – disponível em - www.turismodeportugal.pt/ consultado em 04/07/16

United Nations – disponível em - <https://sustainabledevelopment.un.org/>- consultado em 16/06/16

Legislação e Documentos Tutelares

Ministério da Economia – Decreto-Lei nº 47/99, *Diário da República*, Lisboa, I Série-A, nº39, 2 de fevereiro de 1999, p. 805

Ministério da Economia e da Inovação – Decreto- Lei nº 108/2009, *Diário da República*, Lisboa, I Série, nº 94, 15 de maio de 2009, p. 3041

Presidência do conselho de Ministros – Resolução do Concelho de Ministros nº 51/2015 , “*Diário da República*”, I Série, nº 140, 21 de julho de 2015, p. 4922

Resolução do Conselho de Ministros nº 53/96, de 5 de junho, *Diário da Republica* N.º 108, I Série B, 11-5-1998, p. 2165